

2

A segurança e as emoções: significados em perspectiva

“O coração tem razões que a própria
razão desconhece”
Blaise Pascal

Conflitos étnicos marcados por práticas genocidas são eventos que têm promovido forte instabilidade no sistema internacional contemporâneo e representam um dos maiores desafios para decisores políticos e estudiosos das relações internacionais na atualidade. Sua complexidade tem motivado profundas reflexões e transformações em segurança internacional principalmente por promoverem a desestabilização de determinados significados e premissas as quais predominaram no estudo e na prática de segurança até bem pouco tempo. Ainda, sua ocorrência tem – assim como o terrorismo – aberto espaço para a publicização e internacionalização de temas que eram usualmente tratados como questões pertinentes ao âmbito privado das relações entre os indivíduos dentro de suas sociedades. No que tange a segurança, as reflexões atuais – capitaneadas sobretudo pelos chamados estudos críticos – buscam enfatizar a falta de clareza e de análises mais aprofundadas sobre o próprio conceito de segurança de acordo com um duplo movimento de ampliação e aprofundamento.

Quanto à publicização e internacionalização de temas para além do âmbito doméstico dos Estados, vale ressaltar o mais amplo e renovado espaço que as emoções têm ocupado nos estudos e na política de segurança contemporânea². Dentro desse duplo contexto, o presente capítulo buscará - a partir de uma leitura construtivista - evidenciar que significados de segurança prevaleceram na academia e na prática política internacional desde o entre guerras ao mesmo tempo em que pontuará como as emoções foram consideradas pelos estudos de política e segurança internacional nesse mesmo intervalo de tempo.

² Os conflitos civis de caráter étnico e religioso que passaram a ocorrer a partir da década de noventa colaboraram significativamente para colocar as emoções em evidência nos debates de segurança e política internacional em vários sentidos. O estudo de suas causas levou muitos autores a atribuir sua ocorrência à existência de “antigos ódios étnicos irreconciliáveis” (Kauffmann, 1998) e a reforçar interpretações das emoções como elementos que potencializam as posturas de agressão e violência. (Lake & Rothchild, 1996) A partir de 2001, as emoções passaram a ganhar novo fôlego nos debates em segurança internacional também em decorrência dos atentados de 11 de Setembro. Nesse caso, as discussões se desenvolvem em torno do medo global e acentuado decorrente da percepção de que o inimigo da atualidade – entendido como um amalgamento de forças referidas como terrorismo – é onipresente. (Debrix & Barber, 2009)

Epistemologicamente, portanto, acatamos o entendimento de que os significados bem como o conhecimento são social e intersubjetivamente construídos³. Desse modo, ao escolhermos enfatizar, ao longo do capítulo, uma leitura reflexiva sobre a segurança e as emoções, procuraremos entender como construções sociais do conhecimento podem afetar a construção da realidade social e vice-versa. Como observa Stephano Guzzini, conceitos são parte da linguagem e a linguagem não pode ser reduzida a algo subjetivo ou objetivo. Não é subjetiva porque existe independente de nós na medida em que a linguagem é mais do que seus usos individuais e os antecede; não é objetiva porque não existe independentemente de nossas mentes e de nossos usos – a linguagem existe e muda através de nossos usos. (Guzzini, 2005, p.498)

A leitura construtivista buscará aqui se contrapor, portanto, às análises conceituais positivistas tradicionais as quais procuram reconstruir os significados dos conceitos de forma puramente descritiva e com pretensões de neutralidade teórica com o intuito de evitar incoerências e equívocos em seus usos. Concordamos com Guzzini, no entanto, que é virtualmente impossível isolar conceitos das teorias nas quais elas se encontram inseridas e as quais constituem parte de seus verdadeiros significados. Por isso, muito mais do que investigarmos os diversos significados que foram atribuídos ao conceito de segurança e às emoções ao longo do tempo, também buscaremos perceber o que esses significados alcançaram em termos de comunicação em seus respectivos

³ Autores que integram o construtivismo identificam-se explicitamente como teóricos críticos e estabelecem suas raízes intelectuais no Terceiro Debate dos anos 80 bem como em figuras proeminentes da teoria crítica social como Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Michel Foucault, além de intelectuais predecessores como Karl Marx e Friedrich Nietzsche. Como observam Richard Price e Christian Reus-Smit, a teoria crítica internacional que dá corpo ao Terceiro Debate apresenta formas modernas e pós-modernas e o construtivismo em si também engloba autores de orientação moderna e pós-moderna. No entanto, é característica geral dos construtivistas acatar três proposições ontológicas sobre a vida social e seus impactos em aspectos da política mundial, a saber: 1. A importância das estruturas ideacionais e normativas ao lado das estruturas materiais; 2. A consideração de que as identidades constituem os interesses e as ações, ou seja, o processo de formação das preferências dos atores é analisado a partir da avaliação das identidades sociais dos atores; 3. Agentes e estruturas são mutuamente constituídos, i.e, os construtivistas enfatizam os modos segundo os quais estruturas normativas e ideacionais definem o significado e a identidade do ator individual e os padrões apropriados das atividade econômica, política e cultural das quais os indivíduos tomam parte. No que concerne às diferenças entre essas duas orientações, os autores observam que “(t)he principal difference between modernist and postmodernist constructivism tends to be analytical, with the former concentrating on the sociolinguistic construction of subjects and objects in world politics, and the latter focusing on the relationship between power and knowledge.”(1998, p. 267-268) Como observamos com maior detalhe ao final do presente capítulo e também no capítulo quatro, a presente tese se encaixa dentro das leituras construtivistas que se concentram na construção sócio-linguística dos sujeitos e objetos na política mundial.

contextos, ou seja, investigaremos o papel que esses significados exerceram nos discursos políticos, em termos de justificativas para a ação política. O resgate desses múltiplos significados nos importa na medida em que nos ajuda a demonstrar que os entendimentos predominantes de segurança e das emoções decorrem de um processo de construção social altamente específico – o ocidental e igualmente enraizado em uma metafísica específica ocidental. Como veremos mais adiante, a metafísica ocidental construiu o significado de segurança com base no Estado e em um determinado entendimento de poder e violência que trouxe limitações para os estudos da área e para o entendimento de segurança, e as quais só passaram a ser mais severamente questionadas a partir da década de oitenta. (Haftendorn,1991; Katzenstein, 1996) No que tange às emoções, elas foram predominantemente tomadas como auto-evidentes e permaneceram não problematizadas dentro dos estudos e da prática de segurança, embora tenham sido institucionalizadas em estruturas e processos de política mundial, como é o caso do medo que dá substrato ao conceito realista de dilema de segurança.(Crawford, 2000)

O propósito final do capítulo será argumentar que embora os atuais avanços nas reflexões sobre os significados de segurança tenham contribuído para a consideração da segurança de forma mais aprofundada, o estudo da dimensão subjetiva da segurança humana ainda permanece não teorizado, bem como pouca tem sido sua abertura para as novas leituras sobre o papel das emoções na segurança e na política internacional. As relações internacionais - como evidenciaremos mais adiante - têm seu desenvolvimento marcado pela prevalência de uma concepção biológico-determinista das emoções- subjacente ao pensamento de realistas e liberais desde meados do século XX – que toma as emoções como estados fisiológicos do organismo humano interpretados como distintos dos estados cognitivos e opostos à razão. Em outras palavras, essa concepção reverbera o entendimento de que as emoções não são estados produzidos na mente, estão fora do controle dos atores e separadas da cognição, devendo, portanto, serem sempre submetidas a controle.⁴

⁴ Como deixaremos claro ao longo do presente capítulo, partilhamos do entendimento de que emoções são experiências que contam com componentes fisiológicos, intersubjetivos e culturais. Ou seja, embora os sentimentos sejam experiências internas, os significados atribuídos a esses sentimentos, os comportamentos a eles associados e o reconhecimento das emoções nos outros são

Isto posto, iniciamos nossa empreitada hermenêutica observando que questões de segurança sempre estiveram no centro das atenções dentro dos estudos de relações internacionais e da prática política internacional. Desde a concepção das relações internacionais enquanto disciplina com a criação da primeira cadeira de política internacional na Universidade de Wales, em 1919, questões de guerra e paz, equilíbrio de poder, dilemas de segurança, corridas armamentistas, etc, têm sido temas centrais a atrair a atenção de estudiosos e tomadores de decisão. (Bull, 1977; Deustch, 1978)

Dado o espaço e a importância que foram conferidos às questões de segurança dentro da disciplina, era de se esperar que o conceito de segurança estivesse mais do que debatido e analisado com o passar das décadas. Contudo, esse não foi o caso, pois até o início da década de oitenta poucas foram as contestações sobre seus possíveis significados. Como demonstraremos mais adiante, a razão para a falta de maiores debates sobre o conceito foi sobretudo o fato de o significado de segurança ter sido tomado como dado dentro dos discursos teóricos predominantes em relações internacionais, algo que deixou a exploração de interpretações alternativas para o conceito em segundo plano. Dessa forma, os estudos sobre segurança foram construídos em torno de um consenso não reconhecido em relação ao que constituiria conhecimento legítimo sobre o mundo social e que em grande medida definiu como as políticas de segurança seriam desenvolvidas e implementadas. (Sheehan, 2005, p.02)

No entanto, a segurança, assim como todos os conceitos utilizados nas práticas sociais humanas, é uma construção social cujo significado decorre de um processo intersubjetivo estabelecido entre os indivíduos de uma determinada comunidade. Isto implica considerar que com o tempo o termo pode ser entendido de diferentes formas à medida em que é re-avaliado e discutido, não permanecendo, portanto, preso a um único significado fixo e atemporal. Ainda, ao percebermos a natureza socialmente construída do termo podemos observar mais claramente que contextos culturais deram forma às conceitualizações de segurança as quais prevaleceram entre os principais atores do sistema internacional ao longo do tempo, e assim entendermos melhor os debates do momento presente. (Fierke, 2007)

em boa medida – embora não exclusivamente- cognitiva e culturalmente construídos. (Armon – Jones, 1986)

Retomando os significados atribuídos ao conceito de segurança, então, percebemos que grande parte dos estudos de segurança, realizados durante o século XX, foram desenvolvidos segundo as premissas hegemônicas do pensamento realista. Com o fim da Primeira Guerra Mundial⁵, diversos líderes políticos e acadêmicos da época se sentiram impelidos a refletirem sobre meios de evitar que uma guerra de tamanhas proporções voltasse a ameaçar a humanidade. Nesse período, duas óticas surgiram e ajudaram a fundar o primeiro debate da disciplina de relações internacionais: o realismo e o idealismo.⁶

Edward H. Carr, em sua obra *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*, foi um dos autores a refletirem sobre os impactos das guerras e a contribuir para o entendimento dessas duas correntes de pensamento que permeavam a prática e a reflexão política daquele período. Segundo Carr, realistas e idealistas desejavam evitar a guerra, mas buscavam fazer isso de diferentes formas. Os realistas enfatizavam a defesa dos interesses nacionais e buscavam entender a dinâmica da política internacional a partir do mundo como ele é, enquanto que os idealistas enfatizavam a busca de harmonização de interesses entre os Estados e priorizavam uma leitura do mundo a partir de como ele deveria ser. Sua obra, na verdade, não é um texto de teoria internacional, mas um esforço de crítica ao conhecimento sobre política internacional prevalecente até o momento e um ataque ao liberalismo utópico e suas premissas de defesa da diplomacia, da idéia de segurança coletiva e da auto-determinação dos povos como formas de promoção de um ambiente internacional mais pacífico.(Carr,1985)

No entanto, o pensamento realista viria a ganhar consistência teórica algum tempo mais tarde com Hans Morgenthau e sua obra *Política entre as Nações*. Nessa obra o autor estabeleceu seis princípios que norteariam o entendimento e a análise das relações internacionais, diferenciaria o realismo enquanto perspectiva

⁵ Brian Schmidt em sua obra *The political discourse of Anarchy: a Disciplinary History of International Relations*, faz ressalvas importantes sobre a contextualização das origens dos debates em relações internacionais a partir da I Guerra Mundial, considerando que já havia autores contribuindo para o entendimento do internacional no século XIX. No entanto, para os fins do presente capítulo, escolhemos tomar os debates do entre guerras como ponto de partida para não estendermos demasiadamente nosso exercício hermenêutico. Para maiores discussões ver Schmidt, *The political discourse of Anarchy: a Disciplinary History of International Relations*, Albany State University of New York Press, 1998.

⁶ Por conta de suas fortes repercussões para o desenvolvimento do primeiro significado de segurança dentro dos estudos de relações internacionais, escolhemos aqui priorizar a análise da ótica realista. No entanto, logo em seguida retomaremos esse período histórico para tratar das origens e contribuições do pensamento idealista/ liberal utópico.

teórica das relações internacionais e ajudaria esse campo de estudos a se separar das demais ciências sociais. Para nós aqui importa dizer que Morgenthau argumentava que o Estado seria o ator responsável por definir o interesse nacional e que esse interesse deveria se traduzir em termos de poder. Assim, a existência de uma anarquia internacional imporia ao estadista o acatamento de uma ética da responsabilidade traduzida pelo entendimento de que o único interesse nacional relevante seria eminentemente a sobrevivência do Estado. (Morgenthau, 2002)

No que concerne à área acadêmica de relações internacionais, os autores procuravam reforçar a demarcação das fronteiras dos estudos de relações internacionais em relação às demais áreas das ciências sociais em busca de autonomia e legitimidade e, por isso, muitos de seus esforços voltavam-se para a tentativa de estabelecimento de raízes e influências intelectuais que confirmassem que o internacional não era algo recente e contingente. (Kahler, 1997) Assim, inúmeros autores procuraram relacionar as origens dos estudos de relações internacionais a partir da linguagem de autores clássicos como Tucídides, Maquiavel e Hobbes. Essa busca foi realizada eminentemente por autores realistas e, por isso, a leitura feita desses autores clássicos seguiu a orientação do pensamento realista cujos autores procuraram adaptar os conceitos e contextos dos clássicos ao seu próprio tempo e arcabouço teórico. Por essa razão, conceitos considerados basilares do pensamento realista - e ligados ao âmbito da segurança - como poder, sobrevivência, auto-ajuda e estado de natureza - foram esboçados a partir da leitura peculiar que os realistas fizeram dos clássicos.

Ainda, algumas das premissas comuns a todas as vertentes realistas que se desenvolveram com o passar das décadas encontram bases nas tradições herdadas por Tucídides, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Entre essas premissas estão a centralidade do Estado e seu objetivo primordial de busca de sobrevivência, o apoio no poder como meio de garantia dessa sobrevivência, quer de forma independente (seguindo a lógica do *self help*) quer via alianças, e a anarquia internacional. Hans Morgenthau, já mencionado acima, e Reinhold Niebuhr, responsáveis entre outros pelo desenvolvimento das premissas realistas, viam os escritos de Tucídides como cruciais para indicar que há padrões de comportamento humano recorrentes e passíveis de serem identificados em todos os momentos históricos. Tucídides é considerado o fundador da perspectiva realista por, entre outras coisas, apontar o medo e a incerteza como elementos

promotores da guerra e por reconhecer que os mais fracos inevitavelmente terão que aceder aos desígnios dos mais fortes. (Tucídides,1989) No que se refere a Maquiavel, a herança resgatada é a valorização que o autor confere à sobrevivência do Estado enquanto ator. Na ótica de Maquiavel, o líder ou príncipe são dependentes da existência de um Estado, o que o faria ser fundamental. O poder, as alianças e a balança de poder seriam elementos cruciais para enfrentar os desafios de segurança. Maquiavel priorizava a leitura cética e amoral das relações entre as cidades-Estado, considerando que às ações do príncipe não se aplicariam à moralidade que guia as ações dos indivíduos comuns. (Maquiavel, 2008)

Hobbes, por sua vez, representou um marco no pensamento realista por sua concepção de estado de natureza a qual serviu de parâmetro para o pensamento da anarquia internacional. A impossibilidade de se estabelecer um soberano que tenha o monopólio do uso legítimo da força em âmbito internacional (ou seja, a ausência de um Leviatã) faria a anarquia internacional ser uma característica indelével das relações internacionais. Todas essas leituras favorecem um olhar negativo da natureza humana que seria guiada por medo, ambição e busca de poder⁷, elementos que foram transportados pelos autores realistas para as relações internacionais para explicar também o comportamento dos Estados e o próprio sistema internacional.

Vale notar, contudo, como as emoções foram tomadas como parte importante dessas leituras clássicas sobre a natureza humana e como a própria teoria realista – ao estabelecer suas definições e entendimento sobre o internacional – as absorveu fortemente, embora de forma não problematizada e reducionista. Como salienta Neta Crawford, teorias sobre as emoções, seu funcionamento, fontes e conseqüências têm sido desenvolvidas em vários campos de estudos, tendo por marco inicial o interesse dos gregos. (Crawford, 2000) Nas relações internacionais e em segurança internacional, no entanto, essas teorias encontraram espaço bastante reduzido e as emoções, ao serem consideradas pelos realistas, foram interpretadas em termos estritamente biológicos, por influência,

⁷ Segundo Hobbes, “O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam *jus naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, de maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim.” (cap. XIV, p. 78)

sobretudo, das leituras de alguns filósofos clássicos os quais foram tomados como base para a construção do arcabouço teórico realista.⁸

Entre todas as emoções resgatadas pelos realistas a partir dos clássicos o medo ocupa posição primordial. Para Tucídides, “os homens são motivados por honra, ganância e, acima de tudo, medo”.(p.49, 1986) De fato, Tucídides explica a ocorrência da Guerra do Peloponeso a partir do crescimento do poderio ateniense e do medo que o mesmo teria causado em Esparta. No entanto, ao longo do texto podemos perceber que o autor também valorizava outras emoções e não necessariamente de conteúdo negativo, como o amor à pátria e a honra.

O medo é igualmente central nos escritos de Hobbes, para quem as “paixões” eram “apetites animais”. Em *O Leviatã*, Hobbes argumenta que as paixões são naturais e inescapáveis e o medo possui papel fundamental na sua concepção de política, uma vez que ele seria o responsável por conduzir os homens da condição de guerra de todos contra todos para a ordem: “The Passions that encline men to Peace, are Feare of Death; Desire of such things is necessary to commodius living; and a Hope by their Industry to obtain them.” (Hobbes, 1986 p.118) As paixões, assim, são entendidas por Hobbes como incontroláveis e como as responsáveis por tornar os indivíduos inseguros e incapazes de confiar nos outros ou na possibilidade de paz.

Concepções naturalistas ou biológicas sobre as emoções como essas têm sido – mesmo com o advento das teorias cognitivistas na psicologia ao longo do século XX – as predominantes e as mais persistentes em várias áreas de estudos (incluindo as áreas de segurança e política internacional) até o momento, reverberando ainda o entendimento de que as emoções são uma questão fisioquímica sem conexão com a consciência e cognição, e um fenômeno que deve ser controlado.

⁸ Importa observar aqui que nem todos os filósofos gregos desconsideravam a dimensão cognitiva das emoções. Aristóteles é um caso que comprova essa exceção, na medida em que ele, por exemplo, acreditava que o medo era “uma certa expectativa de uma experiência destrutiva em andamento”. No caso do realismo, no entanto, a leitura que favorece a dimensão biológica das emoções prevaleceu sobretudo porque os autores tomados para fundamentar suas construções teóricas acatavam essa leitura, bem como pelo fato de que ela não foi problematizada e sim contornada, na medida em que os realistas desenvolveram a concepção de racionalidade como forma de conter os efeitos das emoções na prática política. Como observa David Ost, “(e)motions have been presented as a problem that power has to deal with, not something with which power is itself intimately involved” (2004, p.229)

No caso dos realistas, no entanto, vale ressaltar o papel por eles conferido às emoções em sua definição de natureza humana. Como mencionamos mais acima, Morgenthau fundamenta sua concepção de política em leis objetivas enraizadas na natureza humana a qual estaria baseada em um desejo constante de poder. Como salienta Crawford, “this human nature is characterized by the tendency to be hostile, aggressive, fearful and distrustful.(...)” (2009, p.276) Essa concepção, por sua vez, não só corrobora a interpretação biológica das emoções, como também ajuda a reforçar o entendimento de fixidez dessa natureza. O próprio termo “natureza” em si já indica essa interpretação biológica, embora não responda pela escolha normativa dos realistas em definir essa natureza como eminentemente agressiva, gananciosa e egoísta. Contudo, para os realistas, essa natureza definiria também a cultura e as instituições políticas as quais “incorporariam” a mesma natureza e sua fixidez. Crawford observa que “(t)his view of human nature has become so taken for granted that it is hardly questioned as the rock bottom of world politics. There is little research on ‘human nature’ in world politics because most of us think we know all we need to know.”(2009, p.276) Ainda, vale ressaltar que as emoções dentro desse quadro analítico foram interpretadas de forma predominantemente negativa e consideradas sobretudo como fatores disruptivos a serem controlados ou evitados.

E é nesse contexto que a idéia de racionalidade se desenvolve para os realistas de forma a promover o controle das “paixões” e a garantir que os atores alcancem seu objetivo de poder. O pensamento iluminista desenvolvido a partir do século XVIII, ao preconizar a autonomia individual e a capacidade natural dos homens de aprender, influencia os realistas na medida em que favorece a racionalidade como forma de alcance do conhecimento e de realização de objetivos. Ainda, o racionalismo iluminista estabelece que o homem, ao ser dotado de consciência autônoma, deve ser livre não só em relação à autoridade externa, política e religiosa que o domina e o oprime, como também deve ser livre em relação as suas próprias paixões, emoções e desejos.⁹ Ou seja, o homem livre é

⁹ Como analisa Albert O. Hirschman, o sentimento que surgiu durante a Renascença e tornou-se uma firme convicção durante o século XVII foi o de que a filosofia moral e o preceito religioso não mais bastavam para controlar as paixões destrutivas dos homens. Investigações sobre a natureza humana foram empreendidas a partir de então com o propósito de descobrir modos de dar forma ao padrão de ações humanas mais eficazes do que as exortações moralistas ou ameaças de danação eterna. A primeira alternativa pensada, segundo o autor, foi a coerção ou a repressão. E a tarefa de controlar ou reprimir, pela força se necessário, as piores manifestações decorrentes das

senhor de si sobretudo quando exerce o controle de si mesmo e age de acordo com sua vontade e decisão racional. Essa influência é transportada para o pensamento realista em sua premissa de que os que buscam por poder agem como atores racionais em seus esforços para alcançar seus objetivos. A partir desse prisma, os realistas construíram a pressuposição do Estado¹⁰ como ator unitário a qual o resume a uma unidade coesa que age e toma decisões de forma coerente em busca da consecução de seus interesses de poder. Essa compreensão representa uma simplificação teórica que não reconhece os interesses dos diversos atores que compõe a órbita doméstica do Estado e presume que o objetivo maior do Estado seja o interesse nacional, embora esse interesse seja de difícil definição. Por conseqüência, o desenvolvimento desse modelo racional acabou gerando a crença predominante nas Relações Internacionais de que as emoções apenas causam erros, o que compromete significativamente o entendimento da área sobre a relação entre a racionalidade e a psicologia.

Como observa Jonathan Mercer, imaginar o comportamento racional como independente da mente é um mito, embora consistente com a proposta dos racionalistas de entendimento da psicologia como a responsável pela explicação de erros ou desvios. O autor, assim, aponta para o fato de que os racionalistas são normativos na medida em que eles buscam explicar como se deve exercer a razão para o alcance de determinado resultado e não como efetivamente a mente funciona porque – para eles – seria impossível saber qual o papel que os fenômenos mentais exercem no comportamento dos atores. (Mercer, 2005, p.80) Como veremos mais adiante, esses pressupostos conduziram até mesmo os autores de recorte liberal os quais, embora tenham se amparado na psicologia para explicar processos decisórios, também entendiam a racionalidade sob esse mesmo prisma.

Retomando o desenvolvimento do conceito de segurança, observamos que, com o passar das décadas, os conceitos de anarquia e poder foram sendo largamente aceitos e suas implicações passaram a ser objeto de investigação de diversos autores além de Hans Morgenthau. Entre eles merece destaque John

paixões caberia ao Estado. Essa era a visão de Santo Agostinho e Calvino, por exemplo. No entanto, essa alternativa passou a ser criticada por atribuir a um ato de vontade do soberano a tarefa de eliminar as misérias e danos decorrentes das paixões dos homens. (Hirschman, 1979) Mais adiante, em momento que consideramos mais apropriado, mencionaremos outras alternativas pensadas por intelectuais para o tratamento das 'paixões'.

Herz. Como Carr e Morgenthau, Herz não negava a existência de uma dimensão ética nas relações internacionais, mas como os outros dois autores ele também sustentava que essa dimensão estaria submetida às questões do poder e da sobrevivência. O grande legado de Herz, contudo, central para os estudos de segurança, é o conceito de dilema de segurança. De acordo com o autor, o dilema de segurança ocorreria quando um Estado ao investir em sua própria segurança acaba sendo percebido pelos demais Estados como uma ameaça, dado o medo e a incerteza sobre as intenções que motivaram os investimentos do primeiro Estado. Em consequência, os demais Estados passam também a se protegerem e são igualmente percebidos como ameaça pelo primeiro Estado a tomar a iniciativa de proteção, fato que gera uma escalada armamentista a qual acaba produzindo o efeito oposto ao pretendido por todos, dado que todos passam a se sentir mais inseguros do que antes. Para Herz, o dilema de segurança é característico do sistema internacional e um traço incontornável do mesmo, por conta da ausência de uma autoridade supra-estatal que garanta a segurança de todos. (Herz, 1950)

Nesse sentido, percebemos que o medo passa a ser institucionalizado e adotado como um instrumento de política externa. A institucionalização ocorre quando um grupo incorpora uma crença, prática ou um sentimento em seu repertório de conhecimento naturalizado sobre o mundo e sobre as rotinas comportamentais. No caso do pensamento realista, o processo de institucionalização do medo ocorreu de modo a orientar o comportamento dos Estados e de suas escolhas de política externa em termos militaristas e a partir da crença de que a produção deliberada do medo no adversário é uma forma eficaz de promoção de capitulação ou *compliance*. Dentro desse arcabouço teórico, assim, as emoções continuam sendo ponto importante na elaboração de seus conceitos basilares, embora nele não se questione o fato de que sistemas políticos assentados em medo e desconfiança não são inevitáveis e de que o processo de institucionalização do medo pode ser conduzido de outra forma, inclusive com apoio em outras emoções como a confiança. (Crawford, 2009)

O advento da Segunda Guerra Mundial, todavia, reforça as concepções céticas sobre a dinâmica política internacional as quais passarão a ter forte presença na prática política internacional das próximas quatro décadas. Assim, ainda no imediato pós Segunda Guerra Mundial, criou-se a expressão ‘segurança nacional’ para descrever a área da política pública voltada para a preservação da

independência e autonomia do Estado. A segurança passou a ser relacionada com a necessidade dos Estados de manter sua independência política e a autonomia nacional em seu processo de tomada de decisão. Essa concepção realista de segurança encontrou no contexto internacional do pós II Segunda Guerra um terreno bastante fértil, dado que muitos países estavam saindo de uma realidade de guerra e forte depressão econômica, algo que contribuiu para a tendência dos acadêmicos e formuladores de política externa- sobretudo os norte-americanos - a assumirem uma perspectiva teórica e um discurso que enfatizavam a necessidade de proteção dos Estados. O que se seguiu, portanto, foi o reforço dos estudos de segurança em linhas realistas, cujas concepções permearam a prática da política externa e as visões de mundo em torno da insegurança e do medo.

Como podemos ver, essas concepções apresentam uma interpretação bastante restrita e limitada do termo segurança e a dinâmica subsequente - a Guerra Fria - contribuiu ainda mais para que a segurança fosse pensada em termos militaristas, inibindo a consideração de interpretações alternativas. No entanto, não se pode dizer que não existiram tentativas nesse sentido ao longo desse período. Em 1952, Arnold Wolfers, por exemplo, apesar de ser um autor de recorte realista, apontava para o fato de que a concepção realista de segurança não era menos idealista do que as concepções propostas por seus críticos, dado que, segundo o autor, a busca por uma política de segurança nacional tem um caráter originariamente normativo. (Wolfers,1952) Ou seja, a busca de estabelecimento de políticas militaristas reflete julgamentos de valor e a existência de um conjunto de prioridades a serem concretizadas em termos de defesa as quais demonstram que as concepções tradicionais de segurança são em si guiadas por valores, ainda que esses valores não sejam apresentados como tal. O ponto de partida dos realistas, em geral, é o de que nunca será possível assegurar a um Estado ou a um indivíduo segurança absoluta, dado que sempre existiriam ameaças. Por isso, a questão para eles seria definir a que ameaças conferir atenção e em que medida.

Ao tratar a evolução dos estudos de segurança, Stephen Walt observa a prevalência da academia norte-americana ao longo do período referente à Guerra Fria e aponta os diversos matizes que o realismo adotou nesse decurso de tempo. O período da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 60 é definido pelo autor como a época dourada e se caracteriza por estudos voltados para a busca de entendimento das implicações da revolução nuclear. A questão central dos estudos

desse período foi descobrir como os Estados poderiam usar armas nucleares de destruição em massa como instrumentos de política, dado o risco de resposta. Os estudos desse período eram bastante interdisciplinares e voltavam-se para problemas específicos da realidade mundial daquela época, além de possuírem um entendimento de interesse nacional bastante militarista em decorrência da proximidade dos pesquisadores de *think tanks* - como a RAND- com o departamento de defesa norte-americano. As críticas do autor são as de que os estudos desse período careciam de dados e comprovações empíricas, algo que se explicava pela dificuldade de acesso a documentos mantidos em sigilo pelo governo e pela escassez de compilação de informações históricas sobre o conflito nuclear. A consequência foi a predominância de estudos baseados em técnicas dedutivas como a teoria de jogos e o uso de uma definição restrita de política, dado que a área tendia a ignorar fontes não militares de tensão internacional.

Esse foi o caso da teoria da deterrência, que se concentrava em descobrir como tornar ameaças retaliatórias críveis sem questionar porque o oponente desejaria mudar seu *status quo* em primeiro lugar. Nesse ponto há que se pontuar novamente o caráter político-psicológico do conceito de deterrência dado que seu sucesso dependia das percepções e avaliações de um potencial agressor. Contudo, a institucionalização do medo para fins estratégicos aqui foi avaliada como uma boa medida promotora de segurança sem que se percebesse o quão arriscada essa medida podia ser uma vez que o medo, como salienta Neta Crawford, pode se tornar um clima auto-sustentado e quase independente do seu gatilho inicial, o que dificultaria sua desativação diante das evidências de que a ameaça tenha diminuído. Ainda, segundo a autora,

Initial fear may be institutionalized in the adoption of an emotional attitude about the other and the world (that is threatening), which affects the intelligence-gathering and assessment functions of organizations. Fear may be institutionalized in the adoption of technologies (...), rules of procedure and military doctrines that are intended to reduce the subjective sense of threat and fear, but which may simultaneously and inadvertently heighten fear. Fear determines perceptions and the responses to perceived threats (whether actual or anticipated). (2009, p. 282)

Walt da mesma forma reconhece que a grande limitação da teoria da deterrência foi ter se distanciado dos fatores organizacionais, psicológicos e de política doméstica que também compõem e moldam o comportamento do Estado

sobretudo por conta da visão tradicional do ator racional. Nesse sentido, importa-nos observar que mesmo com a revolução behaviorista que se desenvolveu nas ciências sociais do período - e se espalhou para os estudos de segurança-, as interpretações das emoções em termos biológicos (subjacentes na concepção de natureza humana) prevaleceram, apesar de a revolução ter inovado ao considerar a dimensão cognitiva. Isso porque a inovação era em si bastante limitada na medida em que sua leitura cognitivista excluía a dimensão mental de suas análises para concentrar-se apenas nos estímulos observáveis. Como comenta Mercer, “(b)ehaviourists study behavior, not the mind. People respond to incentives, and to understand incentives is to understand behavior.” Ou nas palavras de Skinner, “We do not need to try to discover what personalities, states of mind, feelings, traits of character, plans, purposes, intentions, or other prerequisites of autonomous man really are in order to get on with a scientific analysis of behavior.” (apud Mercer, 2005, p.82) Assim, para os behavioristas, o foco estava no estudo dos comportamentos dos atores e dos incentivos, e as emoções ou a dimensão mental eram marginalizadas por serem consideradas de difícil acesso ou determinação.

Na segunda metade da década de 60 os estudos de segurança vivenciaram um período de declínio que só é superado com o que Walt chama de renascença dos estudos de segurança, em meados da década de 70. Nesse novo momento, embora o campo tenha se mantido multidisciplinar e bastante ligado a questões de política internacional, a inovação se deu em decorrência da abertura de espaço para o desenvolvimento de estudos com apoio na história. O maior acesso aos arquivos permitiu aos historiadores investigações detalhadas sobre a política de segurança nacional e os pesquisadores passaram a apoiar-se mais fortemente em casos históricos como forma de gerar, testar e refinar teorias. Ainda, o uso da história permitiu - assim como a psicologia e a teoria organizacional- o questionamento das premissas da teoria de deterrência sobre informação perfeita e o cálculo racional. Outras inovações foram o desenvolvimento de estudos sobre os efeitos das políticas domésticas, erros de percepção e da estrutura sobre as probabilidades de guerra. No entanto, como mencionamos acima, o tratamento das emoções permaneceu nos mesmos termos, apesar das inovações cognitivistas do behaviorismo.

Ao longo da década de setenta, outras dinâmicas continuaram a impactar os estudos de segurança e levar ao questionamento das premissas realistas, principalmente o desenvolvimento da globalização e da transnacionalidade, o declínio do poder econômico norte americano e os choques do petróleo nos anos de 1973 e 1979. Nesse momento, as questões econômicas e seus impactos na dinâmica das relações internacionais passaram a ser importante foco de atenção e debates relativos a processos de interdependência ganharam significativo espaço dentro dos estudos de segurança.¹¹ Diante dos desafios apresentados pelos teóricos liberais, no entanto, o realismo se reformula a partir dos escritos de Kenneth Waltz, com a obra *Teoria da Política Internacional*, de 1979.

Kenneth Waltz compartilha do argumento dos realistas tradicionais de que a política internacional pode ser pensada como um sistema com uma estrutura bem definida. No entanto, Waltz observa que o realismo clássico não é capaz de conceitualizar o sistema internacional dessa forma porque ele é limitado por sua metodologia que procura explicar os resultados políticos através do exame das partes constituintes dos sistemas políticos. Ou seja, para ele os realistas clássicos eram incapazes de explicar o comportamento em nível acima dos Estados – nações. Por isso, Waltz se propõe a trazer maior rigor científico e metodológico para o estudo da política internacional para superar as limitações que ele visualizava na produção do conhecimento realista desenvolvida até aquele momento bem como para responder aos desafios apresentados pelas dinâmicas econômicas do período. A sofisticação de suas proposições teóricas acaba conferindo aos seus estudos uma posição de proeminência dentro da disciplina de relações internacionais e na prática política internacional. (Burchill, 1995, p.83)

Assim, Waltz argumentava que o dilema de segurança não deveria ser explicado pela natureza humana, assim como fizeram Morgenthau ou Nieburhr, mas sim através da estrutura do sistema internacional e dos constrangimentos que esse sistema exerceria sobre o comportamento e as escolhas dos Estados. Para esse autor, as relações internacionais estariam caracterizadas por padrões e

¹⁰Da mesma forma, por questões de melhor organização do argumento do capítulo, apresentaremos a leitura liberal em momento subsequente.

eventos recorrentes. Esses padrões, traduzidos na idéia de sistema seriam tão poderosos que elidiriam as intenções dos Estados enquanto atores individuais¹².

Neta Crawford, em seu artigo “Human nature and World Politics: Rethinking man” (2009), traz uma contribuição analítica sobre Waltz e sua consideração sobre a natureza humana que merece ser mencionada aqui. Como observamos mais acima, realistas estruturais argumentam que apelos à natureza humana são dispensáveis uma vez que a estrutura determina características recorrentes da política internacional. Mas, para a autora, embora Waltz na obra Teoria da Política Internacional argumente nesse sentido, ele, no entanto, adota uma visão implícita da natureza humana que se coaduna com a visão dos realistas clássicos. O ponto de partida de análise de Crawford foi a obra “Man, the State and War”, na qual Waltz conclui que a natureza humana é a mesma tanto em

¹¹ Há pontos de contato entre os realistas clássicos e os realistas estruturais, no entanto. Entre esses pontos estão a consideração de que a anarquia é a característica definidora do sistema internacional e de que o objetivo primordial dos Estados é a sobrevivência. Importante notar, contudo, o entendimento de ambas as vertentes no que concerne a segurança. Para ambas, o sistema anárquico, por suas características intrínsecas, não fornece proteção aos Estados, o que os faz estarem em constante ameaça e em busca de segurança. Nessas condições, ou seja, em um sistema orientado pelo princípio do *self help*, as unidades estatais são compelidas a funcionarem de forma semelhante, independente de seus tamanhos ou capacidades. Os Estados são, portanto, obrigados a buscar por sua segurança a partir de seus próprios recursos e esforços, quer através de investimentos em sua força militar, quer desenvolvendo estratégias que lhes concedam vantagens sobre os demais Estados no sistema. Em resumo, a necessidade de se conformar com a realidade do funcionamento do sistema internacional seria o elemento que justificaria a priorização das questões de segurança na agenda dos Estados. (Waltz, 1979)

No que concerne a questão da balança de poder, existem considerações que também diferem o realismo clássico do realismo estrutural. Na concepção do realismo clássico, as balanças ocorrem em consequência de políticas governamentais direcionadas dos Estados que compõem o sistema os quais não desejam que o sistema seja dominado por apenas um Estado ou aliança que alcance a posição de imposição sobre os demais. Para Waltz, a balança de poder se forma apesar dos esforços dos Estados que a compõem e, na verdade, mesmo que suas buscas estejam voltadas para a maximização de seu poder e de hegemonia sobre o sistema, a tentativa de um cancela a tentativa de outro. (Waltz, 1979, p.160) E nos cálculos do poder, o poder militar é o mais visado. A guerra é vista, por consequência, como um instrumento fundamental para alcançar e defender a balança, na medida em que ela deve ser usada para impedir a dominação do sistema por um Estado ou aliança. Assim, a questão da segurança aqui não é interpretada como algo historicamente condicionado pela cultura, mas sim como uma característica objetiva determinada pela distribuição de capacidades militares.

Waltz, portanto, argumenta que a busca da causa da guerra só faz sentido no nível do sistema internacional, sendo qualquer explicação a nível dos Estados uma explicação de caráter reducionista. Isso porque embora o autor não menospreze as teorias produzidas ao nível das unidades (Estados), ele as considera limitadas quanto ao seu escopo. Waltz visualiza a anarquia como o princípio ordenador do sistema internacional no qual o exercício de poder de um Estado sobre o outro, quando ocorre, não é legítimo, como ocorre dentro dos Estados onde a ação do soberano é legitimada por sua autoridade. No sistema internacional, não há hierarquia de autoridade, mas há uma hierarquia de poder segundo a qual os Estados com mais recursos de poder influenciam e/ou obrigam os demais Estados a mudarem suas políticas segundo seus interesses.

tempos de guerra quanto em tempos de paz e que, por isso, sua importância como fator em análise causal de eventos sociais é reduzida pelo fato de que a mesma natureza, embora definida, tem que explicar uma infinita variedade de eventos sociais. Dessa forma, se a natureza humana é constante, e a história é variável, então a natureza humana não pode explicar a variação. Para Crawford, assim, embora Waltz desconsidere a importância da natureza humana em suas explicações sobre os resultados políticos mundiais, ele sustenta uma concepção implícita de natureza humana que é fixa: “(t)he assumption of a fixed human nature, in terms of which all else must be understood, itself helps to shift attention away from human nature – because human, by the terms of the assumption, cannot be changed, whereas social-political institutions can be.” (2009, p.273)

Ao considerarmos esses argumentos percebemos, assim, que também dentro do realismo estrutural os termos de tratamento das emoções continuam sendo os elaborados segundo a perspectiva realista, ou seja, separados da cognição e interpretados como sinônimos de descontrole e irracionalidade.

Em termos contextuais, o pensamento de Waltz encontra solo fértil nas dinâmicas da política internacional dos anos 80, com a eleição de Ronald Reagan à presidência dos EUA e sua política externa agressiva, fatos que deram ensejo ao que ficou conhecido como a Segunda Guerra Fria. Nesse momento, os EUA defenderam o desenvolvimento de novas tecnologias nucleares para superar a alegada inferioridade militar em relação à URSS e recuperar a hegemonia daquele país no sistema internacional, em crise desde a década de 1970. A estratégia norte-americana elaborada nesse período foi denominada Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE)¹³, mas ficou mais conhecida como Projeto Guerra nas Estrelas e tinha como objetivo substituir a política de deterrência que estava sendo implantada até então. O grau de agressividade da política externa norte-americana em relação à URSS era tal que começava a colocar em risco seus aliados no continente europeu, isso porque a reconfiguração dos arsenais americano e

¹³ Esse programa se consubstanciava na criação de um escudo para regiões norte-americanas que pudessem ser prováveis alvos em ataques nucleares e buscava a eliminação das armas nucleares que estivessem direcionadas para o continente americano. Representava uma estratégia diferente da estratégia de Destruição Mútua Assegurada anteriormente adotada e que pressupunha que seria possível impedir que um Estado iniciasse um ataque contra outro através do entendimento de que um Estado, uma vez atacado procuraria ainda assim responder ao ataque, caso dispusesse de capacidade de retaliação para isso. Para maiores informações ver Turner, John & SIPRI.(1985) Arms in the 80s. New developments in the Global Arms Race. London: Taylor & Francis publishers.

soviético colocaria os povos europeus como alvos diretos, caso houvesse um conflito. Essa configuração de forças acabou forçando, portanto, os países europeus a reformularem sua posição em vários âmbitos, não só em relação aos EUA e a OTAN, mas em relação ao próprio sistema internacional. (Kissinger,1995)

Os anos 80, no entanto, são, no que concerne às relações internacionais em geral e aos estudos de segurança em termos mais estritos, um período extremamente complexo. Para melhor entendermos essa complexidade, nos deteremos, na próxima seção, nas influências do pensamento liberal por ter ele representado o grande contraponto ao desenvolvimento do pensamento realista nas relações internacionais e nos estudos de segurança, estimulando o desenvolvimento de alternativas interpretativas importantes à segurança e apresentando outros debates que passaram a marcar a dinâmica política internacional de forma indelével. No que concerne à questão das emoções, o espaço se diversifica em alguns aspectos, mas continua, como veremos, bastante restrito e influenciado pela concepção das emoções como contraponto da racionalidade.

2.1. A segurança e as emoções: significados nas leituras liberais

As raízes da perspectiva liberal se encontram nos séculos XVIII e XIX vindo ela a alcançar maior proeminência ao longo do século XX, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial. Não há, no entanto, um corpo uniforme e coerente a compor a tradição liberal, sendo ela formada por diversos autores com múltiplas preocupações. O ponto comum a todos, no entanto, é o pensamento inicialmente desenvolvido por teóricos liberais clássicos de inspiração iluminista para os quais o indivíduo é o nível mais importante de análise e o Estado é um ator de interferência mínima, cujo papel seria apenas o de árbitro nas disputas entre os indivíduos e o de mantenedor das condições que permitem aos indivíduos gozar seus direitos em sua plenitude. O liberalismo enquanto ideologia contou com o suporte intelectual de diversos pensadores ilustres, dentre os quais David Hume e Jeremy Bentham e para os quais os indivíduos eram racionais e capazes de calcular o que seria o melhor para eles sem a interferência do Estado.

O espírito do liberalismo e sua ênfase no indivíduo permeou todas as esferas da vida e do pensamento - tanto científica quanto política, econômica, social e religiosa - e apenas sofreu alterações com o advento da Revolução Industrial, momento no qual foi permitido ao Estado um papel mais ativo no sentido de limitar os efeitos nocivos da competição econômica irrestrita que marcou o liberalismo econômico preconizado por Adam Smith e David Ricardo. Para os liberais o Estado mínimo era possível porque eles partiam da presunção de que havia uma harmonia de interesses subjacente entre os indivíduos. Por isso, enfatizavam o papel positivo desempenhado pela opinião pública ao fornecerem orientação aos oficiais do Estado e na produção de boas políticas públicas, inclusive de política externa. O Estado não era, então, visto como um ator unitário e sim um ator composto por diversos indivíduos representando múltiplos interesses e as decisões políticas eram informadas pela opinião pública e um consenso político derivado de uma contraposição de idéias e interesses.

Essa visão da política teve repercussões nas relações internacionais, pois os liberais passariam a entender que mesmo em um ambiente anárquico seria possível promover uma harmonia de interesses, da mesma forma que ela era possível entre os indivíduos. A base do pensamento dos liberais era a de que a expansão da economia internacional tornaria a guerra mais custosa para os Estados, ao mesmo tempo em que a expansão da democracia (ou de governos republicanos ou representativos) faria o cálculo da guerra ser submetido ao escrutínio da opinião pública doméstica a qual refrearia decisões de confrontação externas. Por fim, os liberais acreditavam que as instituições e o direito internacional contribuiriam para a resolução pacífica de disputas e a promoção da cooperação.

No que tange às emoções, os teóricos liberais tenderam - em geral- a tomar as “paixões” como ameaça à política e, por isso, ou buscaram meios de eliminá-las do espaço público ou procuraram marginalizá-las ao ponto de excluí-las de seus debates. Embora tenha havido, no entanto, teóricos políticos que ao longo do tempo se propuseram a criticar ou desafiar de diversas maneiras o foco excessivo dado à razão dentro do liberalismo – como foram os casos de Jean Jacques Rousseau, Edmund Burke, Friedrich Nietzsche e Herbert Marcuse – pouquíssimos foram os que se propuseram a investigar o papel das “paixões” na teoria política liberal ou que apresentaram visões positivas em favor das paixões na política. Em

suas análises sobre os homens e a política, Max Weber, por exemplo, observou que “todo homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder”, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere.” (1967, p.57) Nesse sentido, suas análises sobre o homem e a política são geralmente interpretadas como partidárias de uma visão racionalista que preconiza a indispensabilidade de uma administração efetiva das emoções pelas lideranças políticas e organizações mais amplas. Como observa Volker Heins,

Weber’s fundamental distinctions between means-ends rationality, value-oriented rationality, and traditional and affective types of action, ensured from the outset that affect-driven behavior would be regarded as something of an anomaly, a residual or disruptive factor in successful rationalization processes. Emotional action is the extreme opposite of instrumentally rational behavior, as its sense is neither rooted in positively evaluated consequences nor in the kind of systematic orientation towards values that distinguishes value-rational action. In its purest form, affect-driven action even negates itself since it is merely reactive, an “uncontrolled reaction to some exceptional stimulus” (...) A central maxim of Weber’s writings is that “successful politics, and especially successful democratic politics, are conducted with the head”, - with a “cool and clear head ”(...) The more politics is driven by unorganized masses, the more irrational, emotional and shortsighted it becomes. Affect –driven influences must be confined to the pre-political realm of “the street”, but kept out of official politics.(...) According to Weber, a politics contaminated by strong emotions is not only notoriously ineffectual, it is *ipso facto* undemocratic. Weber perceives the paradox that a “democracy of the streets” is no democracy at all because it merely intensifies the influence of political speculators, putschists and “chance demagogues” of all stripes without contributing to the creation of rational organizations of any kind. (2007, p.717)

Dentro desse contexto, assim, como salienta Cheryl Hall,“(c)riticisms of rationalism in politics generally focus more on problems of technocracy or (phal)logocentrism or universalism, or on the dismissal of practical or customary or perspectival knowledge, than on the disparagement of passion.”(2002, p.728) Para os liberais, portanto, as “paixões” também são sinônimos de emoções e se contrapõem à razão, sendo a razão entendida como o meio capaz de promover o controle e o domínio das paixões dos indivíduos. Um dos argumentos mais fortes dos liberais é justamente o de que, para bem firmarem o contrato social, os cidadãos deveriam se apoiar em suas capacidades para a razão, entendida como um corretivo para as paixões individuais. Como observa Robert Solomon, “in many versions of (social contract) theory, justice becomes a matter of reason

whose purpose is to counter or control the unruly and usually selfish dictates of our natural passions.” (1995, p.55)

As alternativas para o controle das paixões, no entanto, não se restringiram, como observamos em nota mais acima, às estratégias de coerção e repressão. Uma segunda alternativa aventada por alguns teóricos políticos foi a busca de mobilização das paixões, tendo o Estado e a sociedade sido chamados a desempenhar essa missão, agora como agente de transformação e veículo civilizador. Já no século XVII Blaise Pascal, por exemplo, argumentava em favor da grandeza do homem referindo-se ao fato “de ele ter sabido extrair da concupiscência uma regra admirável” e “uma ordem tão bela”. (apud Hirschman, 1979, p. 25) A idéia geral era a de mobilizar as paixões dos homens, interpretadas como negativas e destrutivas transformando-as em virtude para, assim, fazê-las trabalhar em favor do bem comum. Assim, segundo Giambattista Vico,

(da) ferocidade, da avareza e da ambição – os três vícios que levaram toda a humanidade a sua perdição – (a sociedade) – faz a defesa nacional, o comércio e a política e, assim, ela produz a força e a riqueza e a sabedoria das repúblicas; desses três vícios que seguramente acabariam por destruir o homem na terra, a sociedade faz desse modo surgir a felicidade civil. Esse princípio prova a existência da providência divina: por obra de suas leis inteligentes, as paixões dos homens inteiramente ocupados na busca de sua vantagem privada são transformadas em uma ordem civil e permite aos homens viver em sociedade humana. (idem)

Autores como Bernard Mandeville e Adam Smith expandiram essa idéia tendo Smith sido o responsável por tornar a proposta de mobilização das paixões ainda mais atraente ao substituir os termos ‘vício’ e ‘paixão’ por expressões mais suaves como ‘vantagem’ ou ‘interesse’. Nesses termos, a idéia de mobilização das paixões tornou-se capaz de sobreviver e prosperar não só como um dos principais dogmas do liberalismo do século XIX como um dos postulados centrais da teoria econômica. No entanto, essa alternativa também se mostrava falha na medida em que seus defensores a preconizavam sem, contudo, explicar como se daria essa ‘transformação alquímica’ das paixões¹⁴. Por isso, uma terceira solução

¹⁴ Os teóricos políticos não ofereceram uma explicação para essa ‘transformação’, mas indicam que as paixões tomadas como interesses e interpretadas como virtudes eram aquelas que se apresentavam como convenientes ou úteis – segundo suas visões – à sociedade. Exemplos dessas paixões foram a avareza, a ganância e o amor de lucro. Elas poderiam ser empregadas ‘de modo útil’ para confrontar ou refrear outras paixões tais como a ambição, volúpia de poder ou volúpia sexual. O critério de utilidade, no entanto, também não era claramente definido e era aplicado por aqueles que estavam no poder.

foi pensada a qual implicava o uso de um grupo de paixões contra outro ou como forma de sobrepor às paixões reputadas destrutivas outras interpretadas como inofensivas, ou como forma de enfraquecer as paixões destrutivas através de lutas internas. Entre os intelectuais que trabalharam sob esse prisma estiveram Baruch Spinoza e David Hume. Em sua obra *A Ética*, Spinoza afirmou que

Um afeto não pode ser controlado ou removido a não ser por um afeto mais forte e oposto.

Nenhum afeto pode ser controlado pelo verdadeiro conhecimento do bem e do mal só porque esse conhecimento seja verdadeiro, porém somente na medida em que ele seja considerado como um afeto. (ibidem, p.30)

Essas passagens atendiam ao propósito do filósofo de sublinhar a força e a autonomia das paixões de modo a demonstrar as dificuldades de se atingir a destinação final que o autor delineou na obra *A Ética* e que se traduzia no triunfo da razão e do amor a Deus sobre as paixões. Spinoza foi o primeiro grande filósofo, segundo Hirschman, a conferir lugar de honra à idéia de que as paixões podem ser combatidas com sucesso somente através de outras paixões. David Hume, por sua vez, embora se contrapusesse fortemente à filosofia de Spinoza, tinha concepções semelhantes às dele no que concernia as paixões e sua relação com a razão. Nesse sentido, para Hume – em uma interpretação mais radical - as paixões são impermeáveis à razão, i.e, a razão para ele “é e deve somente ser a escrava das paixões” e, por isso, segundo ele, “nada pode retardar ou opor-se ao impulso da paixão, a não ser um impulso contrário”. (ibidem, p.31)

Por outro lado, dentro desse contexto de contraposição entre paixões, a razão assumia um papel fundamental para alguns teóricos. Como salientou D’Holbach:

As paixões são os verdadeiros contrapesos das paixões; não procuremos destruí-las, mas esforcemo-nos por dirigi-las: compensemos aquelas que são prejudiciais por aquelas que são úteis à sociedade. A razão (...) não é senão o ato de escolher aquelas paixões que devemos seguir em favor de nossa própria felicidade (ibidem, p.33)

Por fim, vale ressaltar a questão que permaneceu pendente para os que se propunham a contrapor paixões: como saber, de um modo geral, quais paixões assumiriam o papel de dominadora e quais seriam as que precisariam ser domesticadas? Segundo Hirschman, os significados atribuídos a determinadas

paixões variaram segundo os contextos históricos e foi nesse processo de categorização que surgiu a oposição entre os ‘interesses’ em relação às paixões, com o uso do termo interesse para se referir aos sentimentos valorizados em contraste com os que deveriam ser repudiados. Interessante notar que o vocábulo interesse até o século XVI, no entanto, não se limitava ao significado econômico e englobava a totalidade de aspirações humanas, diferenciando-se, contudo, por revelar um elemento de reflexão e cálculo com relação à maneira pela qual se deveria buscar atingir essas aspirações. Foi essa dimensão de reflexão que passou a ser valorizada e associada a determinadas paixões de modo a facilitar sua aceitação como ‘virtudes’¹⁵ quando consideradas em relação a sua possibilidade de promoção da ordem e do bem geral. (1979)

Com Maquiavel o termo interesse tornou-se inicialmente sinônimo de razão de estado e representou uma declaração de independência dos preceitos e regras moralizadoras que tinham sido o principal pilar da filosofia pré-maquiavélica. No entanto, a idéia de interesse nesses termos também restringia a ação dos príncipes e os estudos sobre sua definição continuaram sendo longos e complexos. Por outro lado, a idéia prosperou de forma notável quando foi aplicada a grupos de indivíduos dentro do estado, ajudando a cristalizar a idéia de interesse como uma mistura de egoísmo e racionalidade, e seu conteúdo - traduzido como um entendimento disciplinado do que é necessário para se avançar pessoalmente em poder, influência e riqueza - logo passou a fazer parte do uso popular, tornando-se o novo paradigma de comportamento individual.

Esse entendimento tinha, segundo seus formuladores, duas vantagens: a previsibilidade e a constância. No que concerne ao primeiro caso, a interpretação do interesse como motivo dominante no comportamento humano favorecia sua tomada como a base para uma ordem social viável, pois seria possível extrair de uma pressuposição de uma natureza humana uniforme uma série de importantes proposições acerca da política. Assim,“(a) idéia de que os homens (são) invariavelmente guiados por seus interesses seria capaz de conseguir aceitação muito mais ampla, e qualquer ligeiro desagrado que a idéia pudesse provocar era assim banido pelo reconfortante pensamento de que, dessa maneira, o mundo se

¹⁵ Se analisadas isoladamente eram consideradas ainda vícios e não recomendadas por si mesmas. No entanto, ao serem pensadas quanto a sua utilidade para a promoção da ‘felicidade civil’, elas eram alçadas à condição de interesses e acatadas.

tornava um lugar mais previsível.”(op.cit, p.50) Por outro lado, a previsibilidade representava uma forma de constância, uma qualidade que foi central para o acatamento da idéia de um mundo governado pelo interesse. O caráter instável e imprevisível da maior parte dos comportamentos passionais foi freqüentemente acentuado e apresentado como censurável e perigoso. A partir da segunda metade do século XVII, no entanto, a visão excessivamente pessimista da natureza humana elaborada por Maquiavel e Hobbes passaram a ser amenizadas, o que não eliminou, contudo, o entendimento da inconstância como uma dificuldade central para a criação de uma ordem social viável. Nos contratos sociais propostos por Pufendorf e Locke a incerteza a qual os autores se referem relaciona-se com a inconstância do homem. Nesse sentido, Hirschman observa que

Embora Locke não recorra ao interesse para manter a inconstância sobre controle, existe claramente uma afinidade entre a Comunidade de Nações que está tentando construir e a imagem seiscentista de um mundo governado pelos interesses. Pois esperava-se ou supunha-se que os homens, na busca de seus interesses, fossem firmes, resolutos, metódicos, tendo esse propósito como única motivação, em total contraste com o comportamento estereotipado de homens fustigados e obcecados por suas paixões. Esse aspecto da questão também nos ajuda a compreender a eventual identificação do interesse, no seu sentido amplo e original, com uma determinada paixão particular, o amor pelo dinheiro. As características que se percebiam nessa paixão, e que a distinguiam das outras, eram precisamente a constância, teimosia e a imutabilidade de um dia para o outro e de uma pessoa para a outra. (op. cit, p. 54).

Retomando o desenrolar dos debates sobre segurança, observamos que o advento da Primeira Guerra Mundial instigou os líderes políticos daquele período e estudiosos de diversas disciplinas a tentar compreender os motivos que levaram as grandes potências a entrarem em guerra e a continuá-la mesmo diante de tanta devastação e sofrimento humano. Enquanto os realistas assumiram uma postura de ceticismo em relação ao comportamento humano, muitos foram os que assumiram postura oposta, acreditando que valores democráticos liberais seriam um meio pacífico – ou o único meio – de impedir uma nova guerra. Entre os que assumiam essa postura otimista estava Woodrow Wilson, o presidente norte-americano que ocupou a presidência de 1912 a 1922. Seu pensamento sobre política internacional era fortemente influenciado pelo liberalismo e em razão disso essa forma de pensamento passou então a contar com o sólido suporte

político do Estado mais forte do sistema internacional daquele momento. (Claude, 1984)

O objetivo de Wilson era tornar o mundo mais seguro para a democracia e sua visão liberal foi o grande marco a orientar o programa dos 14 pontos apresentado ao Congresso norte-americano em 1918. Esse programa procurava ajudar a construir uma nova ordem internacional para o pós guerra e defendia - entre outras coisas - o término da diplomacia secreta, o livre-comércio, a redução de armamentos até o mínimo para manter a segurança doméstica, a auto-determinação dos povos como forma de resolução das reivindicações coloniais e territoriais e a criação de uma associação geral de nações que fosse estabelecida com a finalidade de garantir a independência política e a integridade territorial de grandes e pequenas nações de forma igualitária. Essa última proposta se consubstanciaria na criação da Liga das Nações, implementada pela Conferência de Paris, em 1919. Dentre as idéias de Wilson para um mundo mais pacífico, os dois pontos fortes eram, sem dúvida, a crença de que a promoção da democracia e da auto-determinação seriam bases importantes para a consolidação da paz no mundo, e a criação de uma organização internacional que estabeleceria as relações entre os Estados em uma fundação institucional mais firme do que as experiências do Concerto Europeu e a dinâmica da balança do poder, sustentadas pela perspectiva realista. No primeiro ponto, o entendimento era o de que Estados democráticos tenderiam a sustentar relações pacíficas entre si e que à medida que o número de países governados por esse modelo aumentasse, um certo tipo de espaço de paz e prosperidade se formaria.

Assim, segundo esse entendimento, o crescimento da democracia liberal na Europa colocaria um fim aos líderes autocráticos e tendentes à guerra e os substituiria por governos democráticos liberais e pacíficos. A equação era estabelecida nos termos de que democracia liberal = paz. (Burchill, 1995, p.32) No que concerne o segundo ponto, Wilson acreditava que relações internacionais reguladas por meio de um conjunto de regras comuns de direito internacional – encampadas em instituições e organizações internacionais subjugaria os Estados e seus políticos e garantiria uma paz permanente, o que refletia a grande influência filosófica de Immanuel Kant e sua obra *A Paz Perpétua*. Nessa obra Kant elaborou o conceito de federação pacífica para explicar a idéia de um conjunto de Estados dispostos a compartilhar uma forma republicana de governo.

Na concepção de Kant, as guerras decorreriam de formas de governo imperfeitas, ou seja, formas de governo que permitiam arbitrariedades por parte dos líderes ou soberanos cujos atos estariam voltados para a satisfação de seus interesses pessoais. Em formas de governo como as repúblicas, no entanto, o poder estaria baseado na representação dos interesses coletivos, no consenso, transparência e publicidade das decisões políticas. Por conseqüência, seria muito mais difícil para esses líderes lançarem-se em guerras, porque tal decisão implicaria submeter a questão à maioria, i.e, aos cidadãos, que procurariam avaliar se a justificativa para o risco de perda de vidas humanas e patrimônio em uma determinada guerra é legítima e racional.

Pontuemos aqui também a importância de Kant para o debate sobre as emoções. O pensamento de Kant sustenta em vários aspectos a dicotomia entre razão e as emoções, sendo as emoções classificadas por ele como “apetites” e a razão interpretada como a fonte imparcial de comportamento moral. No que concerne a justiça, os objetivos centrais dos liberais de imparcialidade, *rule of Law* e tolerância são todos concebidos como uma tentativa de reforço da razão como forma de proteger os indivíduos de suas paixões. Segundo Nancy Rosenblum, “traditionally liberalism has warded off everything affective, personal and expressive. That is the promise of impersonal government, and that is what the discipline of tolerance and impartiality requires”(1987, p.4) Nessas leituras—além do favorecimento explícito da razão - permanecem implícitas várias concepções de paixão como sinônimos de egoísmo e instabilidade. No entanto, em nenhuma dessas leituras se discute o fato de que o compromisso com a justiça é em si mesmo uma paixão, se ela for compreendida como uma forma de apego à promoção do bem comum.

Ainda nesse período do entre guerras existiu outro proeminente defensor da perspectiva liberal. Norman Angell publicou em 1919 a obra *A Grande Ilusão* na qual ele definia como ilusão o fato de muitos políticos ainda sustentarem a crença de que a guerra serve a propósitos lucrativos e que seu sucesso é eminentemente proveitoso ao vencedor. Para Angell, contudo, o que ocorreria seria exatamente o contrário, pois em tempos modernos atividades como a conquista territorial seriam bastante custosas e politicamente desagregadoras dado que trazem grandes prejuízos para o comércio internacional. Ainda, segundo o autor, a modernização demandaria dos Estados uma necessidade crescente de produtos oriundos do

âmbito externo o que geraria um grau maior de interdependência entre os Estados que forçaria os mesmos a mudar as relações entre si e sua visão sobre a guerra. A guerra, assim, perderia espaço e importância para as preocupações dos Estados em investir em uma estrutura capaz de regulamentar os altos níveis de interdependência. Em resumo: o progresso tornaria a guerra e o uso da força práticas obsoletas. (2002)

No entanto, embora essas concepções tenham logrado constituir a Liga das Nações, elas tiveram fôlego limitado ao longo dos anos 20, dado que os Tratados de Versalhes, que encerraram a Primeira Guerra Mundial, tinham um caráter extremamente punitivo para os países perdedores e, ao final das contas, não colocavam um fim nas tensões que deram origem à disputa. Em consequência, o que se assistiu foi o fracasso da Liga das Nações em dirimir as intenções expansionistas do Japão e da Alemanha e a derrota da democracia liberal frente ao surgimento e crescimento de governos autoritários em vários países da Europa. Sob os auspícios da Liga, um ato de guerra contra outro membro da Liga seria considerado um ato de agressão contra toda a comunidade internacional. Esse compromisso entre os Estados se traduz na aplicação do princípio da segurança coletiva e ele deveria garantir que os Estados renunciassem formalmente ao uso da força como forma de resolução das disputas internacionais.

Contudo, a idéia de segurança coletiva fracassa consideravelmente nos anos 30. Para os países perdedores da Primeira Grande Guerra, a Liga das Nações apenas serviria aos interesses das potências vencedoras de preservação do *status quo* e não à preservação da paz. Ao final, os Estados perdedores não se submeteram às normas da Liga e a Liga, por sua vez, não contou com poderes coercitivos e vontade coletiva para evitar os atos de agressão que se sucederiam. Ainda, paradoxalmente, a criação da Liga acabou provocando a consolidação das concepções de soberania nacional como um princípio que deveria ser universalmente aplicável, o que apenas acabou transformando as disputas entre minorias nacionais e étnicas em disputas entre Estados, sem, no entanto, produzir a paz desejada. (Claude, 1984)

Assim, com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial as chances de sobrevivência do pensamento liberal utópico como paradigma durante esses anos conturbados ficaram ainda mais comprometidas e sua reconsideração só veio a ocorrer ao longo das décadas de 50, 60 e 70 e por motivos diversos. Ademais, os

embates nacionalistas foram, para os liberais, o principal motivo de marginalização e sufocamento das emoções dentro da própria teoria e da prática política nas décadas subseqüentes.

A construção mítica que compõe o nacionalismo e que é partilhada pela comunidade imaginada de indivíduos os inspira a um sentimento de pertencimento que alimenta outras emoções – entre elas o sentimento de amor à própria comunidade e amor de auto-sacrifício. (Anderson, 1983) No entanto, desde que a idéia de nação foi concebida e atrelada aos Estados¹⁶, esses sentimentos foram sucessivamente manipulados por elites políticas gerando efeitos mais disruptivos do que agregadores, tendo freqüentemente resultado em

¹⁶ Como observa Eric Hobsbawn, no período seguinte à Revolução Francesa os governantes e as sociedades da época começaram a desenvolver preocupações relacionadas à nação e ao nacionalismo. O novo arranjo político do Estado moderno oferecia considerável poder de voz aos cidadãos e, por isso, o Estado buscou se adaptar de modo a desenvolver agências governamentais para exercer controle sobre esses cidadãos e a se dedicar a promover elementos que garantissem a lealdade e identificação dos cidadãos com o Estado. Com a democratização dos Estados e a participação dos cidadãos em processos eleitorais, houve um empoderamento das classes mais baixas que fomentou, entre outras coisas, o crescimento de movimentos trabalhistas e socialistas e as preocupações das elites dentro dos Estados. Nesse contexto, o Estado passa a depender da nação e a buscar no patriotismo uma forma de proteção contra outras formas de identificação que fragmentassem o Estado ou enfraquecessem a identificação dos cidadãos com o Estado como sendo a primordial. No período do entre guerras, essa preocupação se traduziu no princípio da nacionalidade defendido por Woodrow Wilson o qual se propôs a fazer as fronteiras dos Estados coincidirem com as fronteiras da nacionalidade e da língua. Contudo, as implicações desse princípio foram bastante nefastas: diante da real distribuição dos povos – que apenas permitiu a formação de Estados multinacionais – o princípio da nacionalidade resultou na aplicação de estratégias de homogeneização populacional que variaram desde a expulsão maciça até o extermínio de minorias e o genocídio em massa. (1990) O fato é que a aplicação desse princípio reforçou sentimentos de intolerância em relação à diferença dando ensejo ao uso da violência em larga escala.

No momento contemporâneo, as discussões sobre nacionalidade e outras formas de identidade coletiva como a etnicidade passaram a ser alvo de discussão em relações internacionais de forma mais aprofunda por conta dos novos conflitos nacionalistas de conteúdo étnico e religioso que marcaram a década de 90. Para maiores explorações sobre o tema ver Ferreira, Renata B. A Guerra da Bósnia : 1992-1995 – Fatores explicativos da prática da limpeza étnica perpetrada pelos sérvios contra os muçulmanos- bósnios, dissertação, PUC- Rio, 2001. No entanto, como salientamos mais acima, nem mesmo nesses debates houve uma preocupação em discutir os termos segundo os quais as emoções estavam sendo interpretadas. Em um artigo publicado em 1996, David A. Lake e Donald Rothchild, por exemplo, se propuseram a analisar as origens dos conflitos étnicos e observaram que a polarização das sociedades eram intensificadas por fatores ‘não racionais’ como memórias política, mitos e emoções. Nas palavras dos autores, “Emotions may also cause individuals and groups to act in exaggerated or potentially “irrational” ways that magnify the chances of conflict. Many analysts point to a deep psychological – perhaps even physiological – need for humans to belong to a group. In the process of drawing distinctions, however, individuals often overstate the goodness of their own group while simultaneously vilifying others. Where such emotional biases exist, groups are likely to interpret the demands of others as outrageous, while seeing their own as moderate and reasonable; to view the other as inherently untrustworthy, while believing themselves to be reliable;(…) (p.56) Novamente, como podemos observar, há um reforço da interpretação predominante das emoções como opostas à razão e como elementos disruptivos e desagregadores das sociedades.

grandes guerras e milhares de mortos. Isso porque como Jack Snyder e Karen Ballentine observam, mitos nacionalistas podem

overemphasize the cultural and historical distinctiveness of the national group, exaggerate the threat posed to the nation by other groups, ignore the degree to which the nation's own actions provoked such threats, and play down the costs of seeking national goals through militant means. Nationalist mobilization against alleged threats from other national groups, whether within the state or abroad, heightens the risk of conflict by stereotyping opponents as irremediably hostile, yet inferior and vulnerable to vigilant preventive attack. (1996, p. 11)

Após a atuação de Hitler ao longo da Segunda Guerra Mundial, as emoções foram avaliadas mais fortemente como sinônimo de irracionalidade¹⁷ e o Keynesianismo do pós- guerra passou a ser tomado pelos liberais como o remédio ao problema de excesso de emocionalismo político-nacionalista que marcou os anos anteriores. Em sua dimensão política, esse período contou com o pensamento de Joseph Schumpeter que argumentava que as noções clássicas de democracia -

¹⁷ Vale mencionar aqui as reflexões de Hannah Arendt sobre o lugar e o significado das emoções na vida pública. Embora ela seja anti-Weberiana em todas suas reflexões sobre a política, a autora também entende que a esfera racional pública deve ser policiada contra as intrusões emocionais. Segundo Arendt, as questões públicas não podem ser verdadeiramente democráticas se forem governadas por sentimentos, ainda que nobres. Ao contrário, a política para ela deveria ser comprometida com idéias como a honra ou a dignidade, ainda que elas possam aparentar frieza ou abstração. (1963) A autora se mostrava preocupada com a subversão de uma idéia abstrata por emoções sem controle porque compreendia como essas emoções eram com frequência não o resultado de um encontro entre indivíduos, mas de discursos públicos que se reproduzem na imaginação pública e que, para ela, representam uma característica catastrófica da política moderna em geral. Em sua análise sobre a Revolução Francesa ela de muitas formas perpetuou a divisão clássica entre emoção e razão ao favorecer a idéia de comprometimento da esfera pública com a razão. Segundo Volker Heins, "(i)n her account of the French Revolution, she not only established a close link between the needy masses and disruptive collective emotions but also reduced both to the realm of nature and of 'the necessity of biological life itself, thereby re-animalizing both poor and the emotions.'" (2007, p. 725)

No entanto, segundo Heins, a leitura dos textos de Arendt trazem dois elementos importantes que valem ser mencionados aqui: reflexões sobre outros tipos de emoções como a vergonha, a culpa e o orgulho – as quais refletem as circunstâncias e o tempo por ela vivido, e uma preocupação ainda maior com o uso das emoções na política, i.e, a completa ausência de emoções. Na análise de Volker Heins,

"While her analysis of revolutionary pity suggests that Arendt champions something of a radical de-emotionalization of the public sphere, other writings convey a different message. In her "Report from Germany, a few years after the end of the war, she expresses shock and bewilderment about the 'general lack of emotion' and the 'apparent heartlessness' of many German she met. She clearly holds this type of civic heartlessness as a serious political pathology. (...) (S)he notices a link between the lack of emotion and the widespread 'escape from reality' among Germans after the war. The inability not only to feel guilt but also to yield to grief about the catastrophic destruction which came over Europe as a result of their action or inaction fostered 'deep social confusion' by shielding people from acknowledging the basic facts of their recent history and current situation. In this manner, Arendt anticipates the insight of recent cognitive psychologists who insist that emotions, far from always blinding us to reality, often help us to deal with unexpected junctures, when new goals must be formulated and our life must be reorganized." (idem)

entendida como participação popular - deveriam ser guardadas em favor de um entendimento de que seria aconselhável que os cidadãos seguissem especialistas políticos eleitos. Os cidadãos “(should) respect the division of labor between themselves and the politicians they elect” e precisariam entender que “once they have elected an individual, political action is his business and not theirs” (Schumpeter, p. 256, 1986) Assim, a democracia passou a ser entendida como uma forma de auto-controle sobre as emoções e envolvia uma subordinação voluntária.

Nas referidas décadas de 50, 60 e 70, grande parte das relações internacionais estavam intimamente imbricadas com dinâmicas de comércio e investimentos e interações entre as democracias liberais ocidentais. Nesse contexto, os liberais se sentiram novamente estimulados a formular alternativas ao pensamento realista, procurando, no entanto, evitar o tom idealista que havia marcado o liberalismo dos anos 20. Esse novo liberalismo, então, retoma as premissas liberais, mas se afirma na busca por progresso e mudança a partir da realidade do pós 1945 e na formulação de teorias com base em metodologias behavioristas. Cabe aqui lembrar também a importância do behaviorismo para as relações internacionais enquanto disciplina. O Behaviorismo compôs o segundo grande debate nas relações internacionais e se contrapôs aos tradicionalistas ao buscar conferir um caráter científico aos estudos da área, com foco nos fatos observáveis, informações determináveis, cálculos precisos e no acervo de dados que ajudassem a identificar os padrões comportamentais recorrentes. Para seus adeptos os fatos- ao contrário do pensamento tradicionalista- estavam separados dos valores os quais eram menosprezados por não poderem ser estudados de forma científica.

No que concerne ao campo da psicologia, os behavioristas estudam o comportamento, mas não a mente. Para eles, as pessoas respondem a incentivos e entender esses incentivos é entender o comportamento. Como observou John B. Watson em seu manifesto behaviorista, “(p)sychology as the behaviorist views it is a purely objective experimental branch of natural science. Its theoretical goal is the prediction and control of behavior.” (1913, p.158) Para eles, os psicólogos não deveriam estudar processos mentais, mas apenas comportamentos porque, embora reconheçam que estados mentais privados existam, os behavioristas rejeitam seu

poder causal. No entanto, como veremos no capítulo três, essa perspectiva será mais tarde superada nos estudos de psicologia pelas conquistas da neurociência.

Entre os estudos liberais formulados nos anos 50 e 60 estão os relativos ao funcionalismo e às comunidades de segurança. O funcionalismo representou justamente uma tentativa liberal de construir modelos teóricos com base na observação científica da realidade, uma mudança de perspectiva que buscava rechaçar o idealismo da tradição liberal que marcou o pós Primeira Guerra Mundial e que procurava investigar a realidade tal como ela se apresentava – do mesmo modo que os realistas faziam, priorizando, no entanto, os fatores que poderiam indicar a possibilidade de relações de cooperação e não de conflito. Os funcionalistas tinham por objetivo estudar o funcionamento das organizações internacionais para avaliar de que modo a criação de agências especializadas na administração de determinadas questões nas relações entre os Estados poderia progressivamente gerar o aprofundamento da cooperação. Para os funcionalistas, a paz se faria por partes, em um movimento progressivo, portanto, e a partir da formação de redes de organismos internacionais que assumiriam aos poucos funções que os governos nacionais não poderiam desempenhar por si mesmos. Não há aqui projetos ambiciosos, e sim a valorização de aspectos técnicos em um processo de institucionalização que se fortaleceria a partir do momento em que se aprofundasse o grau de confiança entre os funcionários dessas organizações internacionais e os representantes estatais.

Essas redes funcionais reforçariam a idéia de que a cooperação seria a melhor resposta para os desafios impostos pela maior integração econômica mundial e seus sucessos conquistariam, aos poucos, maior espaço para as organizações em detrimento dos Estados. Isso porque os funcionalistas acreditavam que era possível haver o compartilhamento da soberania na medida em que os técnicos avaliassem que determinadas funções seriam melhor administradas em cooperação. (Mitrany, 1975) Autores como Karl Deutsch e David Mitrany foram alguns dos primeiros a contribuir para o estudo de processos integrativos regionais ao observarem como a Comunidade Econômica Européia, por exemplo, refletia a possibilidade de antigos Estados rivais se disporem a cooperar em determinadas áreas técnicas específicas, como foram os casos do carvão e do aço. Os reflexos dessas considerações na área de segurança se fizeram

presentes mais especificamente a partir dos trabalhos de Karl Deustch, no final dos anos 50, com a elaboração do conceito de comunidades de segurança.

Os estudos sobre processos integrativos tiveram alcance limitado, no entanto, durante as primeiras décadas do pós Segunda Guerra Mundial dada a dinâmica predominante da Guerra Fria e das explicações realistas sobre o contexto internacional daquele momento¹⁸.

Durante esse período, no entanto, muitos autores em relações internacionais se interessaram em analisar como os processos psicológicos influenciavam a tomada de decisão em momentos de crise (sobretudo por conta de eventos como a invasão da Baía dos Porcos em 1961 e as Guerras da Coreia e do Vietnã). Esses trabalhos sugeriam que os erros de percepção causados por situações de forte stress e descontrolo emocional exerciam papel em situações de crise de modo a responder pela erupção de guerras. Por conta desses estudos, um paradoxo foi sustentado, pois ao mesmo tempo em que se firmava o entendimento de que o processo de tomada de decisão não era um processo puramente racional, os pesquisadores exortavam os tomadores de decisão a buscarem ser mais racionais em seus processos de tomada de decisão. Ao longo da década de 80, no entanto, houve um forte declínio na literatura sobre o papel da cognição nas relações internacionais e segurança internacional, sendo substituída pelo interesse no papel das idéias, crenças e interesses. As emoções ficaram, assim, totalmente à margem dos debates nessas duas áreas.

Quanto às questões de segurança, os anos 70 abriram novo espaço para a abordagem liberal em decorrência da *détente*, i.e, da distensão nas relações entre

¹⁸ Para o debate sobre as emoções vale considerar a preocupação de alguns liberais com a análise dos processos de tomada de decisão. O ponto de partida foi a consideração de que um completo entendimento das relações entre os Estados deveria incluir também uma análise dos processos de tomada de decisão. Um dos primeiros esforços nesse sentido foi feito no início da década de 50 por Richard Snyder que entendia que o foco dos estudos em Relações Internacionais deveria ser as ações, reações e interações entre os Estados, sendo o Estado especificamente seus tomadores de decisão e a ação do Estado a ação daqueles que atuam em seu nome. Snyder se diferencia, no entanto, dos realistas tradicionais ao considerar as percepções dos tomadores de decisão e o papel dos fatores não governamentais no processo de elaboração da política externa. Sua proposta de estrutura analítica envolvia, assim, o esforço de recriar o mundo segundo a visão dos tomadores de decisão de modo a explicar seus comportamentos, considerando para isso a política doméstica, a opinião pública, fatores subjetivos e não governamentais (como mídia, valores compartilhados, comércio, família, trocas culturais, etc.). Propostas como essa conduziram os estudos sobre os processos de tomada de decisão a favorecerem cada vez mais o nível individual de análise e a abrir espaço para contribuições da psicologia e da psicologia social, embora a partir de vertentes teóricas de recorte behaviorista. (1986)

EUA e a URSS. O contexto da *détente* gerou uma nova percepção de que as questões de segurança em termos militaristas estavam perdendo importância em termos comparativos para outras questões de cunho econômico como o desenvolvimento e a interdependência. Robert Keohane e Joseph Nye são autores emblemáticos desse novo momento liberal com as obras *Transnational Relations and World Politics*, de 1971, e *Power e Interdependence: World Politics in Transition* de 1977. O argumento geral desses autores era o de que os processos transnacionais estavam promovendo importantes transformações no sistema internacional através da interconexão de economias, em canais de comunicação, transações financeiras, maior fluxo cultural, etc, fato que faria com que os eventos ocorridos em âmbito doméstico de um Estado tivessem repercussões e efeitos em outros países. Mais do que isso, essa transnacionalidade fortalecia a atuação de atores não estatais cujo papel se tornaria cada vez mais significativo para os Estados em seus objetivos de desenvolvimento em vários âmbitos. Ao mesmo tempo, esses autores enfatizavam também a necessidade de não se menosprezar as dinâmicas de poder na política mundial. Na obra “Poder e Interdependência”, Keohane e Nye definem a interdependência como relações estabelecidas entre dois ou mais Estados cujas decisões teriam efeitos recíprocos, sendo, portanto, capazes de atingirem mutuamente suas economias e sociedades. A questão levantada com esse mútuo impacto é se esse processo seria benéfico para todos os atores envolvidos e quais os impactos que as assimetrias de poder entre os Estados gerariam para os mesmos dentro desses processos.

Ainda, passou-se a discutir como melhor administrar os impactos da interdependência, dado que esse processo sempre gera custos para os países nele envolvidos. Essas preocupações derivam do fato de que esses autores criticavam a defesa de alguns liberais de que a interdependência seria algo eminentemente bom, gerando aproximação entre os Estados. Keohane e Nye lembram, entretanto, que os Estados apresentam forte tendência em buscar preservar o controle sobre os elementos que condicionam seu desenvolvimento econômico e a interpretar de forma negativa as incertezas decorrentes da dependência externa. No entanto, para ambos os autores a interdependência seria uma questão inevitável para os Estados que se esforçariam, então, em desenvolver mecanismos para administrar seus

efeitos negativos, traduzidos em dois tipos: sensibilidade e vulnerabilidade¹⁹. Esses dois efeitos denunciam um papel diferenciado das assimetrias de poder do que aquele vislumbrando pelos realistas em suas análises de equilíbrio de poder.

No âmbito da interdependência, o poder não é exercido uniformemente nas diversas áreas que compõem as relações externas dos países, por isso ele deve ser considerado de acordo com a área específica, pois embora se saiba claramente quem são os países mais poderosos e os menos poderosos, essa condição perde importância dependendo da distribuição das assimetrias na área considerada. Um dos resultados da interdependência, então, seria o fato de que a superioridade das potências nas áreas militar e econômica não pode ser empregada para determinar resultados favoráveis em questões nas quais outros fatores são tidos como fundamentais para definir as relações de poder²⁰. (Keohane & Nye, 1977)

No que concerne à questão da segurança, a interdependência dita complexa provocaria a utilidade decrescente do uso da força, dado que os custos de seu uso entre Estados tão envolvidos em processos de interdependência seriam muito altos. Ainda, a superioridade militar de um Estado raramente influenciaria o resultado de uma controvérsia econômica, uma vez que ele não pode ser usado para definir o resultado de negociações econômicas considerando-se que o poder tornou-se algo definível de acordo com as questões em pauta. A intenção dos autores era enfatizar a importância da interdependência assimétrica como um recurso de poder e os problemas decorrentes da vulnerabilidade que a mesma gera para os Estados. Ainda, Keohane e Nye desejavam apontar as falhas no modelo analítico realista uma vez que ele não explicava as mudanças ocorridas na política mundial, sem, no entanto, desmerecer a dimensão do poder em suas análises.²¹

¹⁹ A sensibilidade era medida em termos de custos da ocorrência de determinados eventos dentro de um país para a sociedade de outro país. Nesse sentido, quanto maior a interdependência, maior a sensibilidade. Já a vulnerabilidade era avaliada pelo custo das alternativas que um país teria para respondera os impactos externos. Assim, um Estado seria mais vulnerável em situações em que os custos para enfrentar os impactos da interdependência fossem mais altos. (Keohane & Nye, 1971)

²⁰ O caso dos choques do petróleo de 1973 é emblemático aqui.

²¹ A solução vislumbrada pelos liberais para essas questões foi a elaboração de regimes. Os regimes se consubstanciam em um conjunto de normais ou regras implícitas ou explícitas em torno das quais as expectativas dos atores convergiriam e os quais foram visualizados pelos liberais como uma forma de comprovar que a colaboração é possível em um ambiente anárquico. Os liberais buscaram recurso em diversas contribuições teóricas fora das relações internacionais para tentar entender porque a anarquia inibe a colaboração e quais seriam os meios para se superar os obstáculos por ela impostos. Dentre essas contribuições estavam a microeconomia e a teoria dos jogos. Ainda, para nós interessa também mencionar aqui que essas contribuições estavam fortemente marcadas pela teoria da escolha racional a qual discutiremos brevemente mais adiante.

Uma nova reviravolta no contexto internacional contribui, contudo, para uma quebra na prevalência das explicações de caráter liberal. O fim da *détente* deu lugar a um período de retomada das animosidades entre as duas superpotências por conta sobretudo da presidência neoconservadora de Ronald Reagan, eleito em 1980. A chamada Segunda Guerra Fria, como mencionamos em páginas anteriores, trouxe de volta a ameaça de uma guerra nuclear total e deu ensejo ao realismo reformulado de Kenneth Waltz. Diante de um cenário que deixava claro a relevância dos Estados enquanto atores e da possibilidade mais do que real do uso da força, as explicações liberais perderam espaço e motivaram a reconsideração das hipóteses levantadas pela interdependência complexa para que ela continuasse a ter utilidade e qualidade explicativa. Nesse sentido, Robert Keohane se dispôs a elaborar uma teoria científica das relações internacionais que compatibilizasse a idéia de um sistema internacional dominado por Estados soberanos e a predominância de estratégias de cooperação em relação às de conflito. O resultado dessa iniciativa foi o acato pelos liberais de alguns princípios realistas como a premissa de que os Estados são racionais e unitários e os atores centrais da política internacional, bem como a consideração de que o sistema é anárquico. Assim, a partir desses princípios, e em consideração às reflexões de Kenneth Waltz em sua teoria realista estrutural das relações internacionais, os agora chamados neoliberais passam a reconhecer que a anarquia é um fator determinante para os estudos de política internacional, mas procuram, no entanto, debater o entendimento neo-realista de que a anarquia necessariamente geraria – por conta do medo e da insegurança que a permeiam – a adoção de estratégias de sobrevivência que levariam a dilemas de segurança.

Como salientam Keohane e Axelrod no texto *Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions*, de 1985, é possível que o resultado das interações entre os Estados em um sistema anárquico seja a cooperação e não o conflito, se os mesmos partilharem dos mesmos interesses e contarem com um contexto de interações favorável para a promoção desses interesses. O que é interessante notar aqui é a mudança de entendimento dos neoliberais sobre os Estados: estes atores passam a ser interpretados como egoístas e voltados para a consecução de seus objetivos individuais. Malgrado essa concessão aos realistas, no entanto, os neoliberais lembram que na anarquia é comum que um Estado não consiga realizar ao máximo seus interesses por falta de informação suficiente

sobre como os demais Estados responderão as suas ações. Isso porque nenhum ator consegue sozinho assegurar o sucesso de suas estratégias, pois ele depende da interação e das estratégias dos demais atores.

O raciocínio final é o de que o dilema de segurança ocorre justamente porque os Estados resguardam suas estratégias dos demais atores e essa falta de informações mútuas entre todos os que adotam essa postura é o comprometimento da segurança de todos, um efeito diametralmente oposto ao que foi buscado com as posturas defensivas iniciais adotadas por cada ator. Para Keohane e Axelrod, a saída para esse problema estaria na alteração desse ambiente de modo a facilitar a coordenação²² de estratégias entre os atores, fato que elidiria a adoção de posturas de maximização de interesses²³ individuais. (Keohane & Axelrod,1985)

Preocupados, então, com o contexto de interação entre os Estados, os neoliberais passam a argumentar que as instituições seriam os fatores que uma vez criados realizariam algumas funções que seriam essenciais para a formação das preferências dos atores de modo a se comportarem de forma cooperativa. Entre essas funções estaria a promoção do aumento do fluxo de informações para a diminuição da incerteza dentro do ambiente anárquico, o aumento das expectativas normativas sobre os comportamentos mútuos e o fornecimento de mecanismos de controle e cumprimento dos compromissos assumidos entre os Estados de modo a impedir que a cooperação seja comprometida pela trapaça. Haveria, assim, um contexto propício a interações cooperativas, uma vez que os custos de estratégias não cooperativas seriam aumentados consideravelmente. Com essas análises, os neoliberais conseguiram apresentar uma proposta alternativa relevante ao pensamento neo-realista tomando as instituições como importantes variáveis intervenientes, e não apenas como meros marionetes nas mãos das grandes potências.

As renovações promovidas pelos neoliberais ao pensamento liberal acabaram conquistando muitos neo-realistas com seus estudos sobre as instituições e se tornaram importante ponto de reflexão para os estudos de segurança. Isso porque eles sugerem que os interesses dos Estados não são primordialmente definidos por preocupações com segurança e sim por interesses

²² O ponto que orienta essas reflexões dos autores é o Dilema do Prisioneiro. Para detalhes do mesmo ver Keohane & Axelrod, 1985.

de maximização de seus retornos em diversas áreas de atuação e com vistas a aumentar a promoção de seu bem-estar.

Embutidos nesse raciocínio estão presentes ainda – como mencionamos mais acima - as influências da teoria da escolha racional. Como os behavioristas e os economistas neoclássicos, os teóricos da escolha racional aceitam a existência de estados psicológicos, mas também crêem que as preferências podem ser inferidas a partir da análise dos comportamentos pura e simplesmente. Como argumenta Riker, “(c)hoice reveals preference because one can infer backwards from an outcome and a consistent process to what the goals must have been to get to that outcome.”(1990, p.174) Ou seja, analistas inferem desejos e crenças da ação e quando esses desejos e crenças são inconsistentes com a ação o ator é entendido ou como irracional ou como tendo modificado seus desejos. As inconsistências, dentro das propostas de Keohane e Nye, são explicadas pela mudança nas preocupações dos Estados as quais voltaram-se para o interesse de maximização de seus retornos e para a promoção de seu bem estar. Como podemos perceber, a premissa da racionalidade é novamente reforçada e as emoções permanecem sendo marginalizadas ou interpretadas como o contraponto negativo da racionalidade.

Cabe-nos, por fim, mencionar um outro conjunto de debates importantes inseridos na tradição liberal e que se refere à questão da democracia²⁴. Ao longo dos anos 80 alguns estudiosos em relações internacionais propuseram uma retomada dos debates sobre democracia e paz, entre eles Michael Doyle e Bruce Russett. Como expusemos em páginas anteriores, essa associação entre democracia e paz se fez a partir de uma interpretação da obra de Kant, *A Paz Perpétua*. Michael Doyle, no artigo intitulado *Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs*, de 1983, resgata essa mesma obra e procura refletir sobre as considerações de Kant para o cenário político internacional da primeira metade dos anos 80. Nesse sentido, o autor concluiu que, contrariamente ao que Kant preconizava, as repúblicas (interpretadas por autores liberais do entre guerras e da década de 80 de forma semelhante às democracias) não eram pacíficas em si. Por

²³Seguiremos aqui a exposição dos desdobramentos da tradição liberal para preservar a continuidade da apresentação. No entanto, em termos contextuais, as décadas de 80 e 90 estão marcadas por uma onda de múltiplos debates que caracterizam esse período como de extrema complexidade e importantes transformações para os estudos de segurança. Esses outros debates serão apresentados logo em seguida nas seções 2.4 e 2.5.

outro lado, Doyle observou que as proposições de Kant - no que concernia à relação entre as repúblicas (ou democracias) - eram um fato, dado que estudos estatísticos desenvolvidos desde a década de 60 (sobretudo no auge da fase behaviorista) comprovavam que as democracias eram mais pacíficas entre si.²⁵

Em outras palavras, o autor reconheceu no cenário internacional dos anos oitenta um conjunto de repúblicas de perfis variados e que viviam em constante insegurança ou sustentavam relações de conflito. Também reconheceu que entre as democracias estavam ao menos quatro países que possuíam um largo histórico de guerras. Por fim, verificou que não havia nenhum dado estatístico que comprovasse a prática da guerra entre democracias. Diante dessas informações o autor concluiu, assim, que a política externa norte-americana estaria sendo responsável por promover a terceira fase do processo de constituição de uma paz duradoura ao tomar para si a defesa da expansão da democracia pelo mundo. Tais conclusões acabaram, no entanto, estimulando importantes questionamentos sobre as perspectivas predominantes em relação à democracia²⁶.

Para nós aqui importa notar apenas que os debates e estudos sobre a paz democrática já sinalizavam a existência de outras formas de se pensar o significado de segurança, ainda que o fizessem dentro de paradigmas que não questionavam a centralidade do Estado enquanto ator ou da anarquia eternamente ligada à tragédia do dilema de segurança. Com o fim da Guerra Fria, contudo, os questionamentos sobre o significado da segurança tornaram-se ainda mais contundentes, pois buscariam questionar muito mais do que a ortodoxia realista, propondo-se mesmo a uma revisão ontológica, epistemológica e metodológica nos

²⁴ Vale lembrar o pensamento central de Kant aqui: a paz perpétua seria resultado de uma confluência de fatores, i.e, a existência de repúblicas, a conformação dessas repúblicas em uma confederação mundial associadas a uma postura de hospitalidade para com os estrangeiros. Em um primeiro momento, essa paz seria concretizada entre os Estados-membros da confederação os quais, no entanto, ainda sustentariam relações de animosidade e conflito constante com os demais Estados que não tomam parte da confederação. Com o tempo, contudo, essa confederação se expandiria e incluiria um número cada vez maior de Estados até que viesse a se tornar uma confederação mundial. (Kant, 1989)

²⁵ Autores como Randall Schweller, por exemplo, argumentam em favor de uma maior condicionalidade na caracterização de um Estado como democrático que incluísse não só a existência de eleições livres, mas também envolvesse a existência de um sistema econômico de livre-mercado e propriedades privadas. (Schweller,1992) Outros autores ainda levantam a necessidade de se pensar teoricamente de forma mais aprofundada sobre os motivos que levariam as relações estabelecidas entre democracias a serem mais pacíficas. Para melhor acompanhar essas reflexões ver Owen, J. 1994. "How Liberalism Produces Democratic Peace", *International Security*,19, pp. 87-125.

estudos de segurança. Sobre as emoções, como mencionamos mais acima, as discussões em segurança e política internacional nesse tema são ausentes ao longo da década de 80, voltando a ser parte das preocupações de teóricos e decisores políticos apenas em meados da década de 90, por conta da ocorrência de conflitos étnicos e religiosos intra-estatais e do terrorismo internacional. Esses eventos, para alguns autores, trarão à tona nos debates de política e segurança internacional a necessidade de se desenvolver um novo olhar sobre o papel das emoções nas dinâmicas políticas internacionais e de um questionamento dos termos naturalizados segundo os quais as emoções estavam sendo tratadas em segurança e política internacional até o momento.

2.2 Anos 80: os significados de segurança no olho do furacão e o silêncio sobre as emoções

Embora alguns estudos anteriores já tivessem apontado para a necessidade de uma consideração mais aprofundada e mais ampla sobre os significados atribuídos à segurança ao longo do tempo e nos diversos espaços, é nos anos 80 que essa preocupação se torna um ponto central dentro dos estudos de segurança. Nesse período, como já mencionamos, há uma confluência de significados de segurança que questionam a visão mais estreita que privilegia o Estado enquanto objeto de segurança. Assim, aos poucos, autores como Richard Ullman, Joseph Nye, Sean Lynn-Jones e Stephen Walt começaram a produzir importantes reflexões que representarão pequenos passos em direção a algumas significativas mudanças nos modos de entendimento do significado de segurança.

Em seu artigo intitulado *Redefining Security*, de 1983, Ullman argumenta que a pressuposição predominante de entendimento de segurança nacional em termos militaristas promove uma imagem profundamente distorcida da realidade. Nas palavras do autor:

(...) That false image is doubly misleading and therefore doubly dangerous. First, it causes states to concentrate on military threats and to ignore other perhaps even more harmful dangers. Thus it reduces their total security. And second, it contributes to a pervasive militarization of international relations that in the long run can only increase global insecurity. (p.129)

Com essas avaliações em mente, Ullman se propõe a desenvolver uma concepção mais ampla de segurança a partir da análise do caso norte-americano, para demonstrar como tanto os líderes como os acadêmicos daquele país estavam naquele momento, segundo ele, deixando de lado- por razões eleitorais e de complexidade do tema- outros significados de segurança mais pertinentes ao contexto histórico vivido. Para reverter esse quadro Ullman observa que seria necessário, em primeiro lugar, avaliar até que ponto um Estado deveria ir- em termos de sacrifício dos recursos de sua população - para proteger-se contra adversários vistos como totalitários. Em outras palavras, o autor discute os *tradeoffs* entre segurança e liberdade para lembrar que a segurança não é tida pela maioria dos Estados como um valor absoluto e que a sua priorização muitas vezes promove um conflito de valores dentro dos Estados sobre o que deve ser segurança nacional e a sua relação com questões de segurança global. Ainda, o autor argumenta que tão importante quanto o exame dos *tradeoffs* é a avaliação das ameaças, dado que a segurança também é definida e valorizada pelas ameaças que a colocam em risco. Nesse sentido, o autor critica o pensamento tradicional que entende a segurança nacional em termos de ameaças decorrentes do além fronteiras de um país. Isso porque, para o autor, essa ênfase é enganosa não só por menosprezar as ameaças oriundas de fontes não militares - e que são igualmente capazes de comprometer a estabilidade de várias nações nos anos futuros- como também por pressupor que as ameaças vindas de fora de um Estado são mais perigosas para sua segurança do que as que surgem dentro do Estado. (idem, p.133) Por essa razão, para Ullman, uma definição mais útil de segurança seria:

(...) (A) threat to national security is an action or sequence of events that (1) threatens drastically and over a relatively brief span of time to degrade the quality of life for the inhabitants of a state, or (2) threatens significantly to narrow the range of policy choices available to the government of a state or to private, nongovernmental entities (persons, groups, corporations) within the state. (ibidem, p. 133)

No primeiro caso estariam inseridas todas as guerras externas e rebeliões internas, desastres naturais de grandes proporções, epidemias, etc. No segundo caso, estariam questões menos visíveis, segundo Ullman, porque representam ameaças em uma escala menor e provêm de fontes menos percebidas como o ‘mal encarnado’. Exemplos dessas questões seriam interrupções no fluxo de recursos

necessários ao Estado, esgotamento dos recursos em escala global, a prática do terrorismo ou as restrições nas liberdades dos indivíduos decorrentes do terrorismo, deterioração do meio ambiente, a continuidade da violência no Terceiro Mundo, grandes levas de imigrantes pobres provocando quadros de violência urbana em outras nações, etc. No que concerne a esse segundo grupo de ameaças, o autor conclui que, por serem menos visíveis, elas são alvo de maior controvérsia política e apresentam maiores dificuldades para serem entendidas como questões de segurança nacional, uma vez que sua relação com a segurança – aos olhos dos que priorizam as questões militares – não é imediatamente aparente. E por que líderes políticos enfatizam ameaças militares? Porque o bem comum seria mais facilmente definido assim e porque o sacrifício em prol desse bem seria esperado, bem como porque o dissenso é mais facilmente sufocado em nome da promoção do consenso nacional e da sanção de medidas extraordinárias.

Embora Ullman não abandone a priorização do Estado como nível central de análise, ele se dispõe a superar de alguma forma o vácuo analítico dos estudos de segurança ao buscar apresentar elementos que possam contribuir para um significado mais ampliado de segurança, a começar por considerar que as ameaças aos cidadãos de um Estado também podem ocorrer dentro dele. Este argumento, como veremos mais adiante, será largamente retomado e debatido nos trabalhos produzidos no pós Guerra Fria.

Em 1988, outros dois autores levantam questões que ajudam a encorpar os debates sobre significados alternativos de segurança. No artigo intitulado “*International Security Studies, a Report of a Conference on the State of the Field*”, Joseph S. Nye Jr. e Sean M. Lynn-Jones procuram apresentar um levantamento das novas tendências dentro dos estudos de segurança a partir de uma grande conferência realizada em 1987 pelo Center of Science and International Affairs (CSIA). A crítica inicial dos autores e participantes desse encontro foi a de que os estudos de segurança haviam se desenvolvido em torno das capacidades militares e da bipolaridade a partir da teoria da deterrência e da teoria dos jogos as quais – embora tivessem servido para produzir um padrão unificado para o estudo de questões centrais – tinham realizado essa tarefa perdendo de vista os contextos políticos e históricos durante o período em que foram desenvolvidas.

Assim, aspectos econômicos, culturais, e até psicológicos da segurança foram marginalizados. Embora Nye e Jones não flexibilizem quanto ao argumento de que as questões centrais da área sejam as relacionadas com a violência internacional ou o uso da força, eles acatam o entendimento de que há outros tipos de ameaças à segurança dos Estados e, por isso, ressaltam que seria imperioso que o campo de estudos de segurança – sendo em si interdisciplinar – se mostrasse mais aberto às contribuições de outras disciplinas como economia, sociologia, história, psicologia, direito e antropologia. A contribuição dos autores nesse trabalho se restringe, no entanto, a essa consideração dado que ambos argumentam no sentido de que as preocupações em abrir espaço para novas contribuições analíticas para entender as outras ameaças à segurança de um Estado não deveriam comprometer o eixo central que daria sustentação à área de estudos de segurança. Esse eixo central se traduziria nos estudos sobre as causas das guerras e das alianças, bem como nas pesquisas voltadas para orientação de políticas em questões militares e estratégicas em resposta a ameaças enfrentadas por determinados países. Contudo, o artigo também apresenta um levantamento importante sobre o que os participantes da conferência entendiam ser as principais lacunas no desenvolvimento intelectual da área como as limitações da teoria da deterrence, a inadequação da base teórica de trabalho na área de segurança, a falta de atenção à história e as limitações representadas pelo etnocentrismo da área dominada pelos estudos norte-americanos.

No que concerne aos limites da teoria da deterrence, os autores apontam o fato de que elas desenvolveram inúmeras formulações abstratas sem considerar as realidades políticas. Isto porque o rigor técnico e a precisão de muitas análises estratégicas tinham sido alcançadas justamente com o sacrifício das variações políticas e da análise das mudanças. Assim, a teoria da deterrence foi considerada por muitos como excessivamente estática, abstrata e apolítica, pressupondo uma rivalidade constante entre os EUA e a URSS e negligenciando os fatores políticos domésticos - algo que ficou patente com o caso da Guerra do Vietnã²⁷.

²⁶ A Guerra do Vietnã foi um dos fatores que ajudaram, ao longo da década de 70, a reforçar os chamados estudos para a paz, já iniciados formalmente enquanto campo de estudo no pós 1945. A guerra trouxe à tona o argumento de que grandes injustiças poderiam justificar o uso da violência como forma de promoção de justiça. Essa controvérsia se deu dentro do contexto de expansão da agenda dos estudos para a paz capitaneadas pelos estudos europeus e a concepção de violência estrutural desenvolvida por Johan Galtung em 1969. Galtung argumentava que a promoção da paz requeria muito mais do que a ausência de violência aberta, envolvendo também a ausência de

Outros participantes da conferência já procuraram apontar uma segunda lacuna nos estudos da área de segurança: a existência de poucas proposições teóricas gerais, o que faria os estudos de segurança internacional serem subdesenvolvidos teoricamente, sobretudo porque proposições fundamentais não haviam sido ainda submetidas a um sério debate. Essa falha foi atribuída ao fato de que os estudos se concentraram na maior parte das vezes em questões de política e de curto prazo, o que faria com que os livros e artigos da área tivessem uma vida útil muito curta, dado que até os melhores livros de estratégia ficavam datados dois anos após seu lançamento. Assim, a avaliação geral que se fez foi a de que os estudos de segurança internacional não deveriam deixar que a busca por relevância política sufocasse o desenvolvimento de um capital intelectual básico para a área.

Interessante é a constatação da negligência dos estudos desenvolvidos dentro da área para com a questão do contexto histórico. Como observam Nye e Jones, embora a revolução nuclear tenha justificado a própria existência dos estudos de segurança internacional, seu desenvolvimento implicou no privilegiamento do estudo das questões contemporâneas e na negligência de questões de guerra e paz que antecederam a sua ocorrência e das questões do contexto econômico e social maior da segurança. A tendência de se desenvolver estudos abstratos para acompanhar as evoluções tecnológicas- enfatizadas pela já mencionada ausência de informações empíricas- acabaram gerando nos analistas uma tendência ao a-historicismo. Para os autores e para os participantes da conferência a não consideração da história representava uma limitação para o melhor entendimento dos acontecimentos contemporâneos.

violência estrutural, i.e, o fim da persistência de explorações econômica e social onde quer que elas existissem. (Galtung, 1969) Essa proposta de entendimento de violência se contrapunha a uma proposta mais minimalista que prevaleceu nos estudos para a paz até os anos 70 e que foi retomada com o desenrolar da chamada Segunda Guerra Fria, nos anos 80. A proposta minimalista se desenvolveu em torno das preocupações de ocorrência de guerra nuclear e ajudou a reforçar vários movimentos anti-nucleares na Europa e no mundo, sobretudo na década de 80. Já a maximalista surgiu no início dos anos 70 não só pela guerra do Vietnã e as críticas que ela sofreu pela sociedade norte-americana, mas também pelos problemas econômicos enfrentados pelos países que saíram do processo de colonização e pelo início da percepção dos impactos nocivos das sociedades industriais sobre o meio ambiente. (Jeong, 2000) Pontuamos esses estudos aqui para lembrar que essas preocupações contribuíram – a seu modo e apesar dos ataques que sofreu dos tomadores de decisão realistas das grandes potências da década de 80 – para estimular novas e mais amplas reflexões sobre segurança nos anos 90. Elas tiveram também o mérito de se mostrarem abertas à interdisciplinariedade e de ajudarem a renovar o espaço para a psicologia e as emoções em política internacional com seus debates mais contemporâneos sobre resolução de conflitos e peacekeeping. Trataremos mais adequadamente dessas questões, no entanto, no próximo capítulo.

Por fim, os participantes fizeram uma avaliação das implicações decorrentes do fato de que a grande maioria dos analistas de segurança internacional eram norte-americanos. Isto significava dizer que as questões de política que mais atraíram a atenção foram as questões de política dos EUA. A crítica aqui é sobre o risco de os analistas americanos menosprezarem as influências da cultura de seu país em seus modos de análise, causando idiosincrasia nos estudos, sobretudo porque – como observam Nye e Jones - estilos nacionais de estratégia podem refletir diferenças culturais.

Os autores concluem o artigo mencionando, no entanto, algumas das transformações nos estudos de segurança - as quais já indicariam o acatamento da idéia de maior abertura da área às contribuições de outras disciplinas - e citam como ganhos: a consideração de contextos organizacionais nos quais as decisões sobre armas nucleares são tomadas; a consideração de conceitos da psicologia para os estudos da teoria da deterrência²⁸ e das origens da guerra fria; a retomada das preocupações com a dimensão ética nos estudos da guerra e da intervenção com a renovação da tradição da guerra justa; a incorporação de teorias e conceitos da ciência política para o reforço da consideração dos contextos históricos; e a maior interconexão entre a teoria das relações internacionais com os estudos de segurança. No entanto, os autores terminam o artigo fazendo algumas recomendações para que os estudos de segurança internacional desenvolvam uma agenda sólida de pesquisa, malgrado as indefinições apresentadas pelas novas abordagens de segurança internacional e a falta de consenso sobre que métodos, abordagens e questões devem ser priorizadas. Para os autores,

(...) (A) Word of caution is necessary. Participants pointed out that many of the foundations supporting research in international security call for the articulation of new approaches without having a clear idea of how to relate to the central theories of the field. There is a danger that such calls may simply proliferate unrelated studies from a variety of disciplines and that efforts at novelty will inhibit cumulative work. The field needs work on basic questions such as the causes of war, the sources of cooperation, the formation of alliances, the implication of the nuclear revolution, (...) Such research should attempt to test and refine the many theoretical notions that are implicit or explicit in the international relations and international security literature. (p.21, 1988)

Como se vê, embora Nye e Jones questionem a estreiteza dos estudos de segurança em questões militaristas, eles apenas concedem espaço de abertura para

²⁷ Essas influências já foram expostas em páginas anteriores.

novas contribuições em termos disciplinares e na medida em que as mesmas sirvam para renovar o que eles consideram o núcleo duro da área. Qualquer outro tipo de inovação seria, aos olhos dos autores, um risco de perda de coerência e consistência dos estudos dentro daquele campo de conhecimento.

Mas, foi Helga Haftendorn quem começou a produzir análises sobre o termo segurança, mais especificamente. No artigo *“The Security Puzzle: Theory building and Discipline Building in International Security”*, publicado em 1991, Haftendorn observa que o termo segurança é, em si, ambíguo, podendo referir-se tanto a um objetivo, a uma área de estudos, a um conceito, a um programa de pesquisa ou a uma disciplina. A autora argumenta que todas essas possibilidades de se pensar a segurança foram muito pouco consideradas e debatidas pelos analistas da área e observa que os estudos de segurança enquanto campo acadêmico necessitam de maior clareza quanto ao que deve ser estudado, como deve ser estudado e de que modo os estudos de segurança devem se distinguir das demais sub-áreas das relações internacionais. Os estudos de segurança estariam profundamente compartimentalizados e sofreriam com a ausência de um entendimento comum sobre o que é segurança, como ela deve ser conceitualizada e quais seriam suas principais questões de pesquisa.

A autora, então, se debruça sobre essas questões para elaborar algumas críticas e sugestões que contribuiriam, segundo ela, para a produção de respostas aos problemas levantados. Ela começa lembrando que não há apenas um conceito de segurança, uma vez que ele pode ser pensando minimamente em três formulações: segurança nacional, segurança internacional e segurança global. Cada um deles se refere a um conjunto específico de questões e tem suas origens em diferentes contextos históricos e filosóficos. Haftendorn critica a definição dada por Ullman – a qual reproduzimos mais acima – por considerar que ela demanda maiores esclarecimentos e que apresenta problemas de aplicação prática, uma vez que ela também reflete o contexto cultural específico no qual foi formulada, i.e, o contexto das democracias altamente industrializadas do Ocidente.

Assim, a evolução do paradigma de segurança e as mudanças da segurança nacional para a internacional estão intimamente ligadas à evolução histórica do sistema internacional e ao progresso intelectual que gerou múltiplas interpretações. Em cada fase existiram interpretações em competição, como demonstramos mais acima, o que denota que cada conceito de segurança já

formulado está fortemente atrelado a determinados valores, ameaças e capacidades de se enfrentar os desafios percebidos. Enquanto o conceito de segurança nacional se desenvolveu a partir das heranças filosóficas de Hobbes e enfatiza a sobrevivência do Estado, o conceito de segurança internacional segue a herança filosófica de Grotius e se desenvolveu em contraste ao conceito de segurança nacional no sentido de que ele envolve a segurança de um Estado em relação aos demais Estados ou, no mínimo, em relação a um outro Estado. Já a segurança global, de herança filosófica kantiana, remete a um sistema de ordem mundial de segurança e pressupõe um conceito universal de segurança que conte com um conjunto de normas, regras, princípios e práticas comuns entre os atores de modo a promover padrões comuns de comportamento internacional. A construção de um conceito abrangente de segurança ao longo do tempo e através das regiões dependerá das pressuposições que forem adotadas sobre o funcionamento do sistema internacional. Para a autora, nenhum dos três conceitos de segurança- o hobbesiano, o kantiano e o grotiano - fornecem um paradigma adequado para os estudos de segurança e explicam de forma satisfatória as mudanças nas relações de segurança que se desenvolvem em várias partes do mundo contemporâneo. Por isso, a autora propõe que se busque o estabelecimento de um conjunto de hipóteses observáveis ou a percepção das pressuposições irrefutáveis que compõem *o hard core* – nos termos de Lakatos – para que o programa de pesquisa da área progrida e produza novos fatos e explicações. Assim, o ganho analítico estaria, segundo Haftendorn, no ponto de convergência entre os três conceitos de segurança, ou seja, na construção de instituições em torno de interesses comuns que facilitem a evolução de normas e princípios partilhados e o avanço do entendimento comum dos problemas enfrentados pela humanidade. Nas palavras da autora:

We need to clarify whether our present research programs are adequate to construct new paradigms and theories on the basis of novel insights. Above all, they should reveal the deficits of existing concepts and the essential parameters of a new paradigm. Our expectation is that institutionalism may yield answers to questions that realism and idealism could not provide.

A new paradigm of security should specifically meet the following demands: 1.it should explain diversity and change—differences in various regions, transition from one dominant concept to another, systems transformation; 2. it should be multi-focused, not limited to a single issue-area or level of analysis. (p.12, 1991)

Nesse sentido, a autora propõe uma série de hipóteses que poderiam ajudar na produção desse novo paradigma de segurança cujo foco estaria ampliado para a consideração de dimensões econômicas, políticas e culturais, mas que estaria atrelado a um conjunto definido de paradigmas de segurança centrais que teriam por base as contribuições institucionalistas.

Como podemos observar, Helga Haftendorn se propõe a analisar a complexidade que envolve o conceito de segurança, mas não propõe um novo e apenas indica elementos úteis em conceitualizações já estabelecidas que deveriam ser ‘amalgamados’ para a construção de um novo conceito, mais adequado ao contexto histórico multifacetado do final dos anos oitenta e início dos anos 90. Ainda, ela formula sua proposta de construção da disciplina a partir das leituras tradicionais e reforça a epistemologia e metodologias positivistas, malgrado considere outros níveis de análise e novos temas/ameaças à segurança. As preocupações com a defesa das fronteiras da disciplina e de garantia de coesão e coerência em seu corpo de estudos também inibem a autora de pensar para além das estruturas epistemológicas e metodológicas dos estudos tradicionais.

Nem todos nesse período concordavam com propostas de mudanças como essas apresentadas por Helga Haftendorn, mesmo sendo elas em boa medida limitadas. Um exemplo claro de uma postura ainda mais rígida quando ao conceito de segurança e aos termos em que os estudos de segurança deveriam ser produzidos é o de Stephen Walt²⁹ em seu já mencionado artigo *The Renaissance of Security Studies*, publicado também em 1991. Seu ponto de partida são as

²⁸ Stephen Walt integra um grupo de autores que já a partir de meados da década de 80 começam a questionar as premissas neo-realistas e a contribuir para o que acabou ficando conhecido como realismo neoclássico. Diferentemente dos realistas estruturais, os neoclássicos acreditam que a anarquia e a distribuição de poder sozinhos não são capazes de explicar o comportamento específico de busca de poder que cada Estado adota. Eles se interessaram, assim, em estudar e explicar o comportamento, a política externa e as decisões de Estados tomando a política doméstica dos mesmos como variáveis intervenientes entre a distribuição de poder e o comportamento de política externa. (Rose, 1998; Schweller, 1998; Wohlforth, 1993; Zakaria, 1998; Walt, 2002) Para os neoclássicos, o *locus* do desejo de poder não está no nível individual ou estrutural, mas nos dois níveis considerados conjuntamente. Assim, “(n)eoclassical realists refuse to blackbox the state. Instead, they make a number of modifications to the parsimonious tenets of structural realism and incorporate unit level factors such as the personalities and perceptions of statemen, state-society relationships, and state interests into their explanation of international politics.” (Schmidt, p.543, 2005) Embora a consideração dessas novas variáveis enriqueçam e complexifiquem os debates em linhas realistas, os mesmos não inovam quando decidem retomar a questão das percepções dos tomadores de decisão como parte das variáveis intervenientes no que concerne o debate da racionalidade x emoções. Por essa razão, não reservamos mais espaço a essas análises no presente trabalho a não ser para, como faremos acima, demonstrar a participação de autores realistas neoclássicos no debate sobre o significado da segurança.

afirmações de que o foco dos estudos de segurança é o fenômeno da guerra e de que os estudos de segurança pressupõem que o conflito entre os Estados é uma ameaça constante. Ele define a segurança como sendo o estudo da ameaça, uso ou o controle da força militar e argumenta que o objetivo dos estudos de segurança é explorar as condições em que o uso da força se torna mais provável, os modos segundo os quais o uso da força afeta indivíduos, Estados e sociedades, e as políticas específicas que os Estados adotam com a finalidade de se preparar, engajar ou prevenir a guerra. E ele vai mais além, pois segundo Walt:

The security studies literature often overlaps with more general works on international relations, and most of it fits comfortably within the familiar realist paradigm. In general, however, the research program of security studies is usually informed by debates over central policy problems and tends to address phenomena that can be controlled by national leaders (Smoke, 1975:259). As a result, scholarship tends to concentrate on *manipulable variables*, on relationships that can be altered by deliberate acts of policy. Given the military power is the central focus of the field and is subject to political control, this tendency is appropriate. (p.212)

Por isso, dentre as ameaças que o Estado enfrenta e que não são oriundas dos fenômenos não militares, o autor inclui nos estudos de segurança apenas as questões que estejam de alguma forma conectadas com o principal foco da área, ou seja, questões de *statecraft* como controle de armas, diplomacia e administração de crises. No que concerne aos autores que defendem o alargamento do conceito para incluir tópicos como pobreza, ameaças ambientais, doenças, etc., Walt afirma que essa postura deve ser rechaçada uma vez que arrisca expandir excessivamente os estudos de segurança e provocar a destruição da coerência intelectual da área, bem como dificulta a proposição de soluções para os problemas que pretensamente deveriam – na ótica dos autores favoráveis ao alargamento do conceito – fazer parte dos estudos de segurança.

No entanto, como observa Edward A. Kolodziej em seu texto *Renaissance in Security Studies? Caveat Lector!*, muitos são os pontos de crítica no artigo redigido por Stephen Walt. Em primeiro lugar, Walt define segurança a partir do paradigma realista e não menciona sequer outras definições alternativas. Ele simplesmente estipula que a segurança é o estudo da guerra e da diplomacia e a confina a uma estreita análise estadocêntrica. Ainda, Kolodziej argumenta que se a idéia restrita de estudos de segurança apresentada por Walt fosse lógica e sistematicamente aplicada, importantes problemas de segurança deixariam de ser

tratados e mesmo se fossem tratados o seriam apenas de forma indireta e deficiente, por estarem de algum modo relacionados a questões de conflitos intra-estatais ou guerra. Segundo Kolodziej,

Normatively, (Walt's article) focuses almost exclusively on American national security rather than on international security or security *per se*; and, in the name of relevance, delegates too much of the agenda of security studies to policymakers. Methodologically, it restricts security studies to a highly selective and largely traditional array of disciplinary and interdisciplinary approaches. (p.421, 1992)

Assim, a proposta de Walt, para o autor, limita a possibilidade de os pesquisadores seguirem outras abordagens nos estudos de segurança que não aquela estipulada pelo realismo, restringe o crescimento da área dentro da academia, atrapalha o exame interdisciplinar de questões de segurança que ficaram em segundo plano por conta da dinâmica da Guerra Fria. Da mesma forma, ela compromete o fluxo de idéias entre a academia e os tomadores de decisão bem como a busca de métodos e abordagens inovadoras para o ensino dos estudos de segurança. Kododziej sustenta suas argumentações com o exame de questões importantes como o fato de que a definição estreita de segurança de Walt excluiria a análise de temas como a existência de regimes autoritários e suas formas institucionalizadas de repressão, a atuação de atores não estatais em ações de guerrilha, terrorismo, guerras de baixa intensidade, conflitos étnicos e nacionalistas e conflitos civis que resvalam as fronteiras nacionais e alcançam dimensões internacionais. Em todos esses casos, percebe-se que não só o Estado pode ser ameaçado, como também pode ser a fonte de ameaça e o produtor de insegurança internacional.

No entanto, eventos como esses apenas incitariam, aos olhos dos autores de recorte realista³⁰, análises estadocêntricas que priorizariam as ameaças sofridas pelos Estados, omitindo outros níveis de análise e as ameaças que o próprio Estado promoveria contra indivíduos e grupos de indivíduos. O mesmo se passaria com relação aos golpes de Estado e conflitos civis marcados por disputas entre grupos pelo controle do poder dentro do Estado. Nesses casos, as questões de segurança delas decorrentes são apenas em parte relacionadas ao sistema de Estados – nação. Isso significa dizer que uma análise estadocêntrica contribuiria

²⁹ Nesse sentido, incluem-se aqui, também, os realistas neoclássicos.

somente em parte para fornecer soluções a um dilema de segurança global e o faria de uma forma que comprometeria o desenvolvimento normativo e empírico da teoria das relações internacionais, uma vez que não consideraria outros níveis de análise. (Kolodziej, 1992)

Por outro lado, o artigo de Walt ainda ignora um conjunto de autores e teóricos que apresentam novos métodos para tratar o problema da segurança de forma teoricamente mais abrangente e os quais implicam vários níveis de análise e diversos temas. Kolodziej cita Robert Axelrod, um autor que entre outras coisas questiona como atores egoístas em níveis individual, societal e estatal coordenam e integram suas preferências conflitantes para obter o que desejam. Axelrod procura investigar os fatores que explicam os regimes de segurança sem, no entanto, oferecer uma resposta antecipada, mantendo-se aberto, no entanto, para a consideração de que a cooperação poderia ser uma das possíveis formas de superação do dilema de segurança.

Finalmente, no que concerne à questão da classificação do período de meados dos anos 70 em diante como renascença nos estudos de segurança, Kolodziej lembra que os autores desse período não foram capazes de antecipar o fim da Guerra Fria justamente por terem abandonado os *insights* do realismo clássico para acatar o rigor científico de uma abordagem neo-realista que se prende a análises estruturais. Ainda a abordagem neo-realista não considerava as peculiaridades de suas unidades fatores as quais, aliás, foram fundamentais para explicar a derrocada da URSS. Em outras palavras, o rigor científico, a definição restrita de segurança e uma agenda limitada de temas impediram que esses autores tivessem uma melhor compreensão de seu momento histórico, prestassem atenção ao contexto doméstico das duas grandes super potências, e avaliassem questões econômicas de dimensões globais que teriam influenciado de forma decisiva suas tentativas de estabelecer explicações para as dinâmicas políticas que se sucediam³¹. No entanto, Kolodziej ainda observa que mesmo que o realismo clássico não tivesse sido abandonado, as explicações promovidas pelos realistas seriam apenas parcialmente úteis uma vez que as diferenças entre Estados integrantes de um sistema anárquico não necessariamente têm que ser resolvidas através da violência e das ameaças. Ou seja,“(a)narchy and disorder are not

³⁰O realismo neoclássico surgiu em boa medida como uma forma de resposta a esses questionamentos e uma tentativa de revigoração do pensamento realista, em termos gerais.

necessarily synonymous, nor need an anarchy of states assume a single historical form in order to conform to the limits of the theorist's imagination.” (idem, p. 426)

Apesar de estabelecer importantes pontos de debate e de questionamento ao paradigma neo-realista que durante um bom tempo predominou nos estudos de segurança, Kolodziej também não traz respostas mais claras sobre o significado de segurança, advogando apenas a ampliação do conceito e do escopo dos estudos para a inclusão de novas metodologias e níveis de análise. Essa falta de clareza se explica em grande medida pelo próprio contexto internacional vivido, uma vez que ao final da década de 80 assistimos ao esfacelamento da URSS e o fim da Guerra Fria, eventos que trouxeram importantes e múltiplas conseqüências para o estudo da política internacional e da segurança. No que tange às emoções, os debates de segurança internacional as mantiveram marginalizadas ao longo da década de 80. Embora nesse período, como observamos em nota anterior, os realistas neoclássicos tenham promovido uma retomada do tema das percepções - em suas preocupações de análise de variáveis domésticas intervenientes para a compreensão da inserção dos Estados na anarquia internacional- essa retomada não inova os termos de entendimento realista sobre a racionalidade e as emoções-percebidas como elementos a serem marginalizados ou controlados. Ainda, as preocupações com a institucionalização do medo como forma de submissão do adversário - um ponto marcante da dinâmica da Guerra Fria - também trataram as emoções como contraponto da racionalidade e de modo a reforçá-la, malgrado os riscos que ela mesma apresentava para a promoção da segurança dentro do ambiente internacional.

Na próxima seção, mostraremos, contudo, que os debates de segurança e política internacional assumirão ao longo da década de 90 contornos ainda mais críticos seguindo um duplo sentido: o de ampliação e o de aprofundamento do escopo da segurança. Essas novas reflexões, embora não coloquem um ponto final no debate sobre o conceito de segurança, nos permitem perceber preocupações comuns entre as várias tentativas de conceitualização e nos ajudam a reforçar nosso argumento de que embora os ganhos analíticos tenham sido bastante significativos, esses debates ainda não absorveram preocupações com a dimensão subjetiva da segurança, ou mais precisamente, com as emoções. Por outro lado, mostraremos que algumas dinâmicas da política internacional das últimas duas

décadas – sobretudo os conflitos étnicos e o terrorismo– fizeram com que a dimensão subjetiva da segurança se tornasse mais evidente, sobretudo porque transformaram questões que até então eram tratadas dentro do âmbito doméstico dos Estados em temas de preocupação e gerenciamento internacional, como foi o caso da saúde psicológica dos indivíduos.

2.3. Anos 90: Os significados de segurança e os novos tempos

Os questionamentos sobre segurança que se desenvolveram ao longo da década de noventa foram guiados por ao menos três preocupações: a necessidade de oferecer respostas aos problemas de segurança decorrentes do pós Guerra Fria, a busca de alternativas ao paradigma neo-realista que havia caracterizado a área de estudos de segurança nos períodos anteriores, e o desejo dos estudiosos e segurança de tornar a disciplina relevante na contemporaneidade. (Krause & Williams, 1996) Essas preocupações, no entanto, não são partilhadas por todos os autores que se dedicam aos estudos de segurança – uma vez que o neo-realismo ainda apresenta fortes defensores- e são desenvolvidas de diversas formas por autores de diferentes abordagens teóricas. O quadro geral, portanto, é de ausência de consenso sobre como um conceito de segurança mais amplo deva ser construído. No entanto, foi no pós Guerra Fria que a característica socialmente construída do conceito de segurança tornou-se mais fortemente evidente, dado que com o fim do enfrentamento bipolar outras concepções de segurança vieram à tona e enriqueceram significativamente os debates da área. E é justamente a percepção da natureza socialmente construída da segurança que instiga e orienta o presente trabalho, inserindo-o dentro do espectro de debates que pretende não só endossar a crítica ao paradigma neo-realista como reforçar – mais especificamente– o aprofundamento das investigações sobre outros significados de segurança.

Como vimos na seção anterior, a tentativa de ampliação do conceito de segurança e de seu campo de estudos se deu a partir da convicção de que o foco neo-realista na proteção dos valores centrais ao Estado não era a única forma de se entender o que deveria ser protegido, como deveria ser protegido e que ameaças deveriam ser consideradas. O problema aqui é o fato de que os estudos neo-

realistas de segurança são guiados por uma premissa de conhecimento científico que é sustentada por uma série de outras premissas as quais são apresentadas como fatos sobre o mundo. Para os críticos do paradigma neo-realista e para nós, no entanto,

(...) (t)he declaration that the state is the subject of security and anarchy the eternal condition of international relations is(...) premised not on objective facts or structural determinants but is grounded in a deeper set of claims about the nature of political subjects and their relationship to sovereignty. The “fact” of anarchy is based on a priori claim about autonomous individual human subjects and the kind of contractarian political order that these subjects necessarily require. At the international level the essence of this conceptualization is not simply a world of self-regarding states operating under the “security dilemma”, but the assumption that there is a particular form of individual rationality in state action as both the source and outcome of that anarchy. The above are, however, more than simplifying theoretical assumptions adopted for analytical convenience as some have argued (Achen and Snidal 1989:150; Powell 1993:117). They are inextricably tied to a particular set of epistemological claims and related methods. (Walker forthcoming) (Krause & Williams, 1996, p.233)

Essas avaliações de Krause e Williams demonstram um dos elementos centrais da insatisfação dos críticos ao paradigma neo-realista de segurança. Para eles, a insistência neo-realista em fundamentar os estudos de segurança em uma representação objetiva da realidade e tomar a ação dos Estados como algo dado e não problemático é bastante perturbadora e será um dos principais objetos de debate e discussão dos que se pretendem parte do movimento crítico dos estudos de segurança.

O ponto de partida para o início desse movimento foi uma pequena conferência realizada na Universidade de York, em Toronto, no Canadá, em 1994 que reuniu estudiosos interessados em segurança para debater os rumos dos estudos da área nos primeiros anos posteriores ao fim da Guerra Fria. Foi durante esse encontro que o termo Estudos Críticos de Segurança passou a ser usado para se referir a um projeto intelectual que buscava congregar diversas perspectivas críticas sobre segurança sem, no entanto, se preocupar em produzir um corpo crítico homogêneo. (Mutimer, 2007, p.56/57) Como resultado dessa conferência, Keith Krause e Michael C. Williams editaram o livro *Critical Security Studies: Concepts and Cases*, obra composta por artigos de diversos autores e cujo propósito não era invocar uma nova ortodoxia de estudos críticos de segurança, mas tratar de diferentes preocupações teóricas no que concerne a questão da segurança, cobrindo desde o lugar do Terceiro Mundo até concepções sobre o

“político” que se encontram subjacentes às abordagens tradicionais. Os autores nessa obra também se propõem a investigar diferentes temas como a proliferação de armas, o papel das instituições multilaterais em operações de paz e segurança, etc. (Krause & Williams, 1997, p. viii) No entanto, os autores salientam que

(...) we have not sought to define a precise meaning of the term critical in either a methodological or political sense. This may risk seeming to some at any point of the theoretical map as if we have avoided important issues and left out important perspectives. Undoubtedly, we have. But part of the development of a broader conception of security studies (and critical security studies) requires that its growth not be straitjacketed by the imposition of criteria of inclusion and exclusion or by a renewed call for definitive answers. Indeed, it might be fair to say that these disciplining dynamics within so much of contemporary security studies are part of the problem, and that there is therefore a double need to resist them in the fostering of alternative positions.(...) (Krause & Williams, 1997, p.ix)

O livro, assim, serviu para lançar a expressão Estudos Críticos de Segurança sem, contudo, preenchê-la com um conteúdo determinado. Cabe notar, por outro lado, que Barry Buzan já havia iniciado um movimento de ampliação do significado de segurança ao longo da década de oitenta. Em 1983, na obra intitulada *People, States and Fear* – re-editada em 1991- o autor que à época ainda encabeçava os estudos do *Copenhagen Peace Research Institute* – criticava o fato de que a segurança como conceito havia se tornado sinônimo de segurança nacional e que, por essa razão, estava atrelada à identificação com questões militares de defesa em relação ao externo, quando, na realidade, o dia a dia das pessoas era afetado por diversas outras ameaças oriundas da economia, da política, da sociedade e do meio ambiente. Naquela época o autor percebia que ao menos dois temas até então tratados como *low politics* na agenda de preocupações de segurança – a economia e o meio-ambiente, respectivamente - se mostravam cada vez mais importantes para essa mesma agenda. E esses dois temas se tornaram ainda mais proeminentes para a agenda de segurança com o término da Guerra Fria.

No caso da economia internacional, a questão estava no acirramento da competição entre as economias capitalistas com o fim da confrontação bipolar. Esse aumento de rivalidade causou entre os Estados uma sensação de nova desordem mundial que promoveu forte sentimento de insegurança. Já os debates sobre o meio ambiente surgiram para apontar os problemas decorrentes da industrialização e poluição desenfreadas e os riscos de exaustão dos recursos

naturais de modo a comprometer a sobrevivência de gerações futuras e da própria humanidade. (Buzan, 1997)

A percepção desses “novos problemas” como ameaças à segurança estimulou outros autores a também defender uma ampliação do conceito de segurança que não mais se restringiria somente às questões militares e passaria a englobar também questões econômicas, societais, ambientais e políticas. Essa busca de ampliação passou a ser defendida não só em termos acadêmicos como também em termos de política, podendo ser realizada de diversas maneiras, inclusive segundo uma agenda política conservadora. No entanto, se por um lado as novas dinâmicas internacionais dos anos 80 e dos anos 90 levaram alguns autores das abordagens tradicionais de segurança a aceitarem olhar para a atuação de atores não estatais e para conflitos estabelecidos em outros termos que não a partir de exércitos convencionais, esses mesmos autores resistiram de todo modo a entender o conceito de segurança de outra forma que não a partir das ameaças do uso da força. (Jahn et al.,1987; Chipman, 1992; Ayoob,1995) Ou seja, para esses autores, mesmo que a ampliação do foco se fizesse, esses ‘novos temas’ e ‘novos atores’ só deveriam ser considerados na medida em que estivessem relacionados com preocupações de uso da força.

A defesa da ampliação do conceito de segurança, portanto, embora tenha alcançado certas concessões de alguns autores tradicionalistas, não avançou de forma tranqüila, sofrendo diversas e fortes críticas as quais afetaram inclusive o modo como Buzan procurou delinear sua defesa da ampliação. A crítica mais forte dos tradicionalistas - para o autor – era o fato de que a ampliação traria um risco de incoerência intelectual ao entendimento do conceito por apresentar a possibilidade de alargamento irrestrito de temas. Buzan levou a sério essa crítica e se preocupou em desenvolver sua proposta de ampliação a partir de uma abordagem que para ele era intelectualmente coerente. Segundo o autor, assim, a saída estava em buscar a coerência não retraindo a área de estudos e o conceito ao eixo militar, mas explorando a própria lógica da segurança, para se descobrir o que difere a segurança da política. Entre outras coisas esse movimento de exploração ajudaria a combater a ambigüidade simbólica do conceito muitas vezes sustentada ou mantida pelos decisores políticos na elaboração da política de seus

Estados por conta dos benefícios que ela pode proporcionar. Como Buzan observa,

The appeal to national security as a justification for actions and policies which would otherwise have to be explained is a political tool of immense convenience for a large variety of sectional interests. An undefined notion of national security offers scope for power-maximising strategies to political and military elites, because of the considerable leverage over domestic affairs which can be obtained by invoking it. (1983, p.9)

Ainda, Buzan justifica a necessidade de ampliação do conceito de segurança a partir de outras duas preocupações: a necessidade de se acompanhar as mudanças no mundo e o potencial integrativo do conceito para as relações internacionais como um campo de pesquisa que tem tido fronteiras bastante fluidas. A proposta do autor se encaixa, assim, nos estudos desenvolvidos dentro daquela que ficou conhecida como Escola de Copenhague, uma instituição que foi criada em 1985 em resposta às preocupações dos europeus em desenvolver uma dinâmica de segurança regional autônoma em relação à dinâmica bipolar da Guerra Fria. Essas preocupações não concerniam apenas à elaboração da *policy*, mas também ao desenvolvimento de importantes estudos teóricos e que – como observamos mais acima - contou com o próprio Barry Buzan como seu diretor durante anos. Os estudos desenvolvidos nessa escola possuem dois traços característicos: uma forma europeia de produção de conhecimento, como bem observa Jef Huysmans, e uma forte ligação com os estudos para a paz, também já mencionados brevemente em nota anterior. (Huysmans, 1998)

A forma europeia de produção de conhecimento se explicaria pela busca de tratamento das questões empíricas de maneira não dissociada da teoria, em decorrência de uma abordagem interpretativa que favorece esse tipo de produção. No caso dos estudos para a paz, os europeus tiveram maiores dificuldades do que os norte-americanos em aceitar a guerra como um acontecimento natural na política internacional e, por essa razão, muitos de seus estudos dedicaram-se mais aos estudos sobre a paz. A Escola de Copenhague acatou a totalidade das proposições de Barry Buzan e um passou a ser sinônimo do outro. Ela, entretanto, desenvolverá novas perspectivas que por serem de nosso particular interesse apenas mencionaremos mais adiante.

Por ora vale observar que paralelo aos estudos da Escola de Copenhague se desenvolveram outras leituras críticas sobre segurança e com marcos teóricos

diversos. Dentre essas outras leituras estão as proposições advindas da Teoria Crítica.(Smith, 2005; Booth, 2005; Wyn Jones,2001) As principais referências dentro desses estudos são os trabalhos de Ken Booth e Richard Wyn Jones, autores que trabalham em Aberystwyth, localizada no País de Gales, fato que passou a denominar esses estudos como estudos da ‘Escola Galesa’³¹. Segundo Steve Smith, foi Booth quem formulou a expressão ‘estudos críticos de segurança’ durante a já mencionada conferência que foi realizada em 1994, no Canadá. Contudo, o termo crítico aplicado por Booth possui um significado diferente daquele que foi adotado por Krause e Williams, dado que para aquele autor o termo crítico se remete às influências intelectuais dos escritos de Antonio Gramsci e da Escola de Frankfurt. Desde o ano 1991 tanto Booth quanto Jones já escreviam uma série de trabalhos que antecipavam suas concepções de estudos críticos de segurança, e consequência desses trabalhos foi a publicação dos livros *Critical Security Studies and World Politics*, de Ken Booth, e *Security, Strategy and Critical Theory*, de Wyn Jones, entre outros trabalhos que os mesmos autores escreveriam mais tarde.

O ponto de partida de ambos os autores é relacionar os estudos críticos de segurança com a Teoria Crítica para associá-los, entre outras coisas, ao compromisso dessa teoria com a emancipação. Mas, antes de esmiuçarmos as contribuições de Booth e Jones ou explicitarmos melhor o significado da emancipação para esses autores e para a própria Teoria Crítica, vale fazer aqui uma breve, porém importante, observação. Todos os que se encaixam nos estudos críticos de segurança - quer em sentido mais amplo - como o desenvolvido a partir da proposta de Krause e Williams, quer em sentido mais estrito - como o desenvolvido pelos autores integrantes da Teoria Crítica, tomam como um de seus pontos de partida as considerações de Robert Cox em seu artigo *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory* de 1981, ao afirmar, em primeiro lugar, que “theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specially social and political time and space.”(1981, p.129)

³¹ Essa denominação foi dada por Steve Smith no texto *The Contested Concept of Security* e é parte da obra editada por Ken Booth, *Critical Security Studies and World Politics*, Lynne Rienner Pub. 2005.

Essa afirmação é utilizada pela coletividade de autores das diversas abordagens teóricas que enveredam pelos estudos críticos de segurança para indicar um ponto comum a todos em seus intentos de crítica aos estudos tradicionais de segurança, qual seja, a compreensão de que não existe um olhar neutro do observador sobre o objeto observado e de que a observação é antecedida por uma teoria. Assim, para esses autores – e também para nós - é impossível conferir ao conceito de segurança um significado neutro, pois qualquer significado atribuído ao conceito depende e ao mesmo tempo sustenta uma determinada visão da política. Isso porque, nas palavras de Smith,“(...) todas as definições dependem da teoria, e todas as definições refletem compromissos normativos.” (2005, p. 28) Ainda, o autor argumenta que os que acreditam em um significado neutro do conceito, na verdade, não se dão conta dos compromissos políticos e normativos que orientam sua definição.

Por outro lado, a referência a Cox é importante também por outra razão. O autor estabelece nesse mesmo artigo uma categorização entre dois tipos de teoria: as *problem-solving* e as teorias críticas. Nos termos de Cox,

(...) (t)heory can serve two distinct purposes. One is simple, direct response: to be a guide to help solve the problems posed within the terms of the particular perspective which was the point of departure. The other is more reflexive upon the process of theorizing itself; to become clearly aware of the perspective which rise to theorizing, and its relation to other perspectives (to achieve a perspective on perspectives); and to open up the possibility of choosing a different valid perspective from which the problematic becomes one of creating an alternative world. Each of these purposes give rise to a different kind of theory. The first purpose gives rise to *problem-solving* theory. It takes the world as it finds it, with the prevailing social and power relationships and the institutions into which they are organized, as the given framework for action. The general aim of problem-solving is to make these relationships and institutions work smoothly by dealing effectively with particular sources of trouble. (...) The second purpose leads to critical theory. It is critical in the sense that it stands apart from the prevailing order of the world and asks how that order came about. Critical theory, unlike problem-solving theory, does not take institutions and social and power relations for granted but calls them into question by concerning itself with their origins and how and whether they might be in the process of changing. It is directed toward an appraisal of the very framework for action, or problematic, which problem solving theory accepts as its parameters.(...) (1981,p.130)

Fornecer idéias que possam promover a superação dos problemas inerentes ao padrão estabelecido é uma preocupação comum à maioria das vertentes dos estudos críticos de segurança³². Esse interesse por alternativas ao

³² Nesse aspecto, vale lembrar que os pós-modernos possuem uma forma peculiar de tomar parte desse movimento crítico. Para muitos autores suas contribuições são bastante discutíveis no que

padrão existente, contudo, é o ponto no qual iniciam as divergências entre essas vertentes, tanto nos métodos aplicados quanto nos tipos de alternativas propostas.

No caso dos estudiosos da Teoria Crítica³³, a alternativa proposta é a emancipação, como já dissemos mais acima, que se traduz na libertação dos indivíduos das situações e estruturas opressoras existentes no mundo. Como observa Ken Booth, os Teóricos Críticos buscam se colocar fora do padrão global ou local para poder oferecer alternativas. Estar fora do padrão não significa, contudo, que os Teóricos Críticos pretendam adotar a objetividade, mas sim que eles visam o distanciamento crítico. Nas palavras de Booth,

(c)ritical distance is a means of engaging in “immanent critique” with the aim of promoting emancipatory politics. *Immanent critique* is the idea that instead of trying to move forward on the basis of utopian blueprints one should look for the unfulfilled potential already existing within society. This gives enormous scope for analysis and political action, because it is always possible to find some emancipatory potential, somewhere, however unpromising an existing situation might seem to be. (2005, p.11)

Para a Escola de Frankfurt³⁴, um tema central era a preocupação com o entendimento dos elementos centrais da sociedade contemporânea através de seu desenvolvimento histórico e social, traçando contradições no presente as quais poderiam abrir espaço para a transcendência da sociedade contemporânea em

concerne os estudos de segurança, uma vez que os pós-modernos partem de uma abordagem teórica não fundacional que os impede de se engajar em um esforço de reconstrução que ofereça alternativas capazes de superar os discursos e as práticas dominantes. No entanto, cremos que a sofisticação das críticas dos pós-modernos ajuda aos que se propõem a pensar em alternativas a formular respostas mais conscientes e afinadas com o complexo cenário contemporâneo e não devem ser menosprezadas. Para maiores reflexões ver – por exemplo - *Writing Security: United States Policy and the Politics of Identity*, David Campbell, 1998.

³³ Nos apoiamos aqui na nomenclatura que os próprios autores utilizam para distinguir entre teoria crítica e Teoria Crítica: a primeira, escrita em iniciais minúsculas, se refere ao conjunto de estudos que se dispõe a apenas se encaixar na categorização de Cox; a segunda, com iniciais maiúsculas, se refere ao conjunto de estudos que seguem a tradição intelectual de Gramsci e/ou da Escola de Frankfurt.

³⁴ A Teoria Crítica possui suas raízes em pensamentos desenvolvidos durante o Iluminismo e está ligado aos estudos de Kant, Hegel e Marx, sendo que muitos - como Nietzsche e Weber- ainda resgatam influências do pensamento clássico grego para tratar de questões como autonomia e democracia. No entanto, ao longo do século XX, a Teoria Crítica passa a ser mais fortemente associada a um conjunto de autores cujos trabalhos deram corpo ao que ficou conhecido como Escola de Frankfurt, fundada em 1923, e que contava com autores como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Eric Fromm e, mais recentemente, Jürgen Habermas. Foi nesse período mais recente que a Teoria Crítica passou a envolver a proposta de questionamento da ordem social e política existente através do método da crítica imanente.

relação as suas patologias e formas de dominação. A Escola de Frankfurt, no entanto, não se reporta às relações internacionais em suas críticas ao mundo moderno, sendo Habermas o único autor que faz algumas referências a elas. Na Teoria Crítica, no entanto, embora não haja referências diretas ao estudo das relações internacionais, o internacional não permanece fora das preocupações dos estudiosos que integram essa perspectiva teórica, pois tanto nos escritos de Kant, quanto nos de Hegel e Marx, há claras afirmações sobre a importância do nível internacional para o alcance da emancipação universal. É esse, inclusive, o objetivo final dos Teóricos Críticos: a emancipação da humanidade. Os que procuram se apoiar no pensamento Teórico Crítico para pensar o internacional na atualidade se propõem a utilizar as contribuições da Escola de Frankfurt para entender o internacional e o global, o que ajudaria a desenvolver uma teoria que não mais estaria confinada a determinadas comunidades de indivíduos, mas examinaria as relações entre e através delas, refletindo sobre a possibilidade de estender a proposta de organização justa, democrática e racional da política para todos os seres humanos.

Para a segurança, mais especificamente, as influências da Teoria Crítica implicaram em um investimento maior dos autores dessa vertente na busca do aprofundamento do conceito de segurança, tanto por estarem insatisfeitos com o paradigma neo-realista - que para eles não mais dava conta da nova realidade contemporânea- como também por não se sentirem satisfeitos com o movimento de ampliação encampado por outros autores que já estavam se propondo a uma postura mais crítica da segurança. Aqui o objetivo, então, é a busca do entendimento mais aprofundado do significado da segurança, que passa a ser pensado em termos do potencial derivado da imaginação de diferentes formas de política. Como Booth mesmo avalia, a questão passa a ser perguntar porque certas questões como direitos humanos e injustiça econômica são mantidas fora da agenda de segurança, uma vez que representam importantes questões que envolvem a segurança dos indivíduos e de suas comunidades. Para os Teóricos Críticos as preocupações passariam a ser, assim, mais qualitativas e não quantitativas como no movimento da ampliação, que abre para o exame de diversos setores os quais não precisam necessariamente ser pensados de forma apartada das interpretações militares.

Dentre os que sofrem as críticas dos Teóricos Críticos estava justamente Barry Buzan muito por conta do fato de que suas proposições iniciais sobre ampliação do escopo da segurança- contidas na obra *People, States and Fear*, de 1983 - estavam embasadas em uma epistemologia positivista e estadocêntrica³⁵. Por outro lado, como mencionamos mais acima, as perspectivas de Buzan vão se modificando e na obra seguinte *Security: a New Framework of Analysis*, publicada em 1998, em parceria com Ole Waever e Jaap de Wilde sua postura inova em vários e importantes aspectos. Nessa obra Buzan muda seu posicionamento para adotar uma abordagem construtivista de segurança, aumentando o espectro da proposta de ampliação já esboçada anteriormente, no artigo *Rethinking Security after the Cold War*, publicado em 1997. Assim, em *Security: a New Framework of Analysis*, os autores se propõe a pensar a segurança em termos de setores procurando retirar o Estado da condição de objeto referente central – implícito ou explícito- da segurança em todos os setores. Como os autores observam, “ (i)f a multisectoral approach to security was to be fully meaningful, referent objects other than the state had to be allowed into the picture.”³⁶ (1988, p.8)

Buzan, Waever e Wilde escolhem também proceder à análise setorial por razões de ganhos metodológicos, uma vez que ela permite o desagregamento do todo em partes de modo que essas sejam melhor examinadas e a análise seja facilitada. Por outro lado, a desagregação deve ser seguida da reagregação, para que haja também o entendimento da relação entre as partes. Dessa forma, os autores se propõem a ir além da teoria clássica de complexos de segurança³⁷ ao

³⁵ Embora Buzan valorize a possibilidade de se pensar a segurança em outros níveis além do Estado, ele ainda o tomava como nível de análise central, fato que lhe rende as críticas dos que procuraram relativizar o papel do Estado de forma ainda mais incisiva.

³⁶ Para os autores, a utilização dos níveis de análise é importante por permitirem localizar as fontes de explicação e os resultados aos quais as teorias são expostas. Eles alertam, no entanto, que estão cientes de que o debate sobre níveis de análise tende a favorecer o estadocentrismo reforçado pelos neo-realistas, pois visualizam as sub-unidades dentro dos Estados e os sub-sistemas e sistemas formados por Estados. No entanto, compreendem que o uso dos níveis de análise não necessariamente privilegia os Estados e pode englobar muito mais do que eles. Em outras palavras, embora reconheçam a possibilidade de que a análise possa oferecer o risco de privilegiamento do Estado, não invalidam a utilidade do exercício analítico feito nesses termos, sobretudo se se conceder a mesma atenção aos demais níveis.

³⁷ A teoria clássica dos complexos de segurança – desenvolvida pelo próprio Buzan em *People, States and Fear* – se define como um conjunto de Estados cujas principais preocupações e percepções de segurança estão tão interligados que seus problemas de segurança nacional não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros. (1998, p.12)

ampliarem seu espectro e incluir outros setores ao lado do setor militar, sugerindo a existência de complexos heterogêneos, ou seja, complexos que assumem que a lógica regional³⁸ possa integrar diferentes tipos de atores interagindo através de dois ou mais setores.

No entanto, ao lado de complexos heterogêneos os autores também identificam os homogêneos os quais retêm a pressuposição da teoria clássica de que complexos de segurança estão concentrados em determinados setores compostos por formas específicas de interação entre tipos de unidades similares. Essa lógica conduziria a diferentes tipos de complexos ocorrendo em diferentes setores como, por exemplo, complexos militares formados predominantemente de Estados, complexos sociais formados de várias unidades identitárias, etc. Diante da complexidade em termos analíticos dos complexos heterogêneos – pois, segundo Buzan, Waever e Wilde, a unidade e a região poderiam adotar significados diferentes em diferentes setores – eles optaram por trabalhar, por razões de simplificação analítica - com o modelo homogêneo. Como os autores mesmos observam,

(w)e therefore adopt a state-centric frame for the purpose of getting a fixed scale against which to measure levels. Thereby, we achieve consistency in the meaning of *region* by using the political, state-defined sense of the term as a standard measure no matter which sector we are discussing. We do this not to determine or privilege the state as an actor but merely to achieve consistency in discussions. Other units exist, but only one is chosen as the instrument of measurement. (1998, p.18)

Assim, para Buzan, Waever e Wilde a segurança das coletividades humanas estaria afetada por fatores oriundos de cinco setores: o militar, o político, o econômico, o social e o ambiental. No primeiro caso, as questões de segurança militar envolveriam as capacidades ofensivas e defensivas dos Estados e as percepções das intenções mútuas entre os Estados; no segundo caso, as questões de segurança estariam atreladas à estabilidade organizacional dos Estados, aos sistemas de governo e às ideologias que lhes conferem legitimidade; no caso da econômica, as questões de segurança se relacionariam ao acesso aos recursos,

³⁸ O interesse dos autores em regiões nessa obra deriva mais especificamente de sua crença no fato de que, com o fim da Guerra Fria, as relações internacionais adquiririam um caráter mais regional. The reasoning behind this assumption is that the collapse of the bipolarity has removed the principal organizing force at the global level.(...)This situation creates weak leadership at the global level and, consequently, leads to the assumption that more than before, regions will be left to sort out their own affairs.(...) (idem, p.9)

finanças e mercados necessários para manter níveis aceitáveis de bem estar e poder para os Estados; em termos societais, as questões de segurança estariam ligadas a preocupações de sustentabilidade, de padrões tradicionais de linguagem, cultura, religião, identidade nacional e costumes; e, por fim, no caso ambiental, as preocupações de segurança estariam associadas a esforços de manutenção da biosfera local e global como sistema essencial de suporte à sobrevivência da vida humana e ao desenvolvimento dos demais interesses dos homens e suas comunidades.

Para os autores – como já mencionado acima - um dos pontos fundamentais, no entanto, estaria na constatação de que todos esses setores operam de forma interligada bem como no fato de que essa lista não exaure a possibilidade de outros setores virem a demandar a mesma atenção.

Mais valiosa, contudo, foi a proposta dos autores de ampliação e/ou aprofundamento³⁹ do entendimento da lógica de segurança ao adotarem uma abordagem construtivista para compreenderem o processo que tornava determinados temas questões securitizadas. A pergunta de partida que orientou as investigações nesse sentido foi: Que qualidades tornam algo um tema de segurança em relações internacionais? Com essa pergunta os autores deixam claro seu entendimento de que as relações internacionais são um campo distinto e possuem uma compreensão específica de segurança que, para eles, tem um ponto comum à aceção tradicional de segurança. “In this context, security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society). The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them.”(*ibidem*, p.21) Os autores procuram se concentrar, então, no fato de que a própria invocação da segurança seria um elemento chave a legitimar o uso da força e que em termos mais gerais também seria uma forma de o Estado mobilizar, tomar medidas especiais e administrar ameaças existenciais.

Ao pronunciar ‘segurança’, o Estado declararia uma condição de emergência que o permitiria alegar o direito de uso de quaisquer meios

³⁹Embora as discussões sobre securitização estejam encaixadas dentro do movimento denominado de ampliação, nós as consideramos um movimento de aprofundamento também por permitir alternativas de pensamento e políticas de segurança em termos reflexivos, mais abrangentes e não fixos.

necessários para bloquear um evento ameaçador em andamento. Dentro da agenda ampliada que Buzan, Waever e Wilde selecionaram, assim, as ameaças existenciais só poderiam ser entendidas em relação ao caráter particular do objeto referente em questão. Ainda, a qualidade essencial da existência variaria bastante através dos diferentes setores e níveis de análise e, portanto, variaria também a natureza das ameaças existenciais. Com esses entendimentos os autores abriram espaço para a construção dos conceitos de segurança e securitização nos seguintes termos:

'Security' is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization. In theory any public issue can be located on the spectrum ranging from non-politicized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure.)

(...)This link between politicization and securitization does not imply that securitization always goes through the state; politicization as well as securitization can be enacted in other fora as well.(...)It is possible for other social entities to raise an issue to the level of general consideration or even to the status of sanctioned urgency among themselves. (1998, p.24)

Nessa abordagem, assim, o significado de um conceito está em seu uso e não em algo que possa ser definido analítica ou filosoficamente de acordo como o que seria o melhor. O significado não está no que as pessoas conscientemente pensam que o conceito seja e sim em como elas implicitamente o utilizam de determinadas formas. Desse modo, no caso da segurança, a análise textual sugere que algo é designado como segurança internacional porque pode-se argumentar que essa questão é mais importante que outros temas e deve receber absoluta prioridade. O critério para se averiguar se algo está sendo interpretado como um tema de segurança, então, seria perceber se ele está sendo apresentado como uma ameaça existencial. A segurança seria uma prática auto-referente porque é nessa prática que um tema torna-se uma questão de segurança – i.e, é apresentado como ameaça - e não necessariamente porque há uma ameaça real.

Alertam os autores, por outro lado, que a definição exata e os critérios de securitização seriam constituídos pelo estabelecimento intersubjetivo de uma

ameaça existencial com relevo suficiente para promover efeitos políticos substanciais. A forma de se estudar a securitização não necessitaria, assim, de indicadores e se processaria pelo estudo do discurso e das constelações políticas para se perguntar: Quando um argumento com essa estrutura retórica e semiótica alcança efeito suficiente para fazer uma audiência tolerar violações das regras que em outras circunstâncias estariam sendo obedecidas? Se através do argumento sobre a prioridade e urgência de uma ameaça existencial o ator securitizador tiver conseguido quebrar os procedimentos ou regras que os limitariam de alguma forma sem o argumento, tem-se então um processo de securitização.

Em todo esse processo há que se notar, contudo, que ele apresenta determinadas condições para se caracterizar. Como Buzan, Waever e Wilde observam,

A discourse that takes the form of presenting something as an existential threat to a referent object does not by itself create securitization – this is a securitizing move, but the issue is securitized only if and when the audience accepts it as such. (Accept does not necessarily mean in civilized, dominance-free discussion; it only means that an order always rests on coercion as well as on consent. Since securitization can never only be imposed, there is some need to argue one's case). We do not push the demand so high as to say that an emergency measure has to be adopted, only that the existential threat has to be argued and just gain enough resonance for a platform to be made from which it is possible to legitimize emergency measures or other steps that would not have been possible had the discourse not taken the form of existential threats, point of no return, and necessity. If no signs of such acceptance exist, we can talk only of a securitizing move, not of an object actually being securitized. (idem, p.25)

Um processo de securitização, então, para ser bem sucedido deve atender à três condições: ameaças existenciais, ação emergencial e efeitos nas relações entre as unidades no sentido de liberá-los de regras no tratamento de determinadas questões. Esse processo de securitização é conhecido dentro da teoria da linguagem como *speech act* e significa que a pronúncia das palavras já é, em si mesma, uma ação. Ou seja, falar é fazer. Serve para compreender os processos de construção de um entendimento partilhado do que pode ser considerado e coletivamente respondido como uma ameaça. Por isso, nessa prática, o que se estuda e procura responder é quem pode fazer ou falar em segurança de forma bem sucedida, sobre que temas, em que circunstâncias e com que efeitos.

Buzan, Waever e Wilde usam essa lógica como definição para o conceito de segurança por conta de sua consistência e afirmam que com ela é possível

aprofundar-se na prática de segurança para encontrar um padrão característico. Esse padrão seria, então, a base para a aplicação da análise de segurança a uma variedade de setores sem que houvesse a perda da qualidade essencial do conceito. A segurança significa a sobrevivência diante de ameaças existenciais, mas o que constituiria ameaças existenciais variaria de acordo e através dos diferentes setores. No entanto, como a securitização é um processo intersubjetivo e socialmente construído, para ser bem sucedida é preciso mais do que a atuação do agente securitizador, mas a aceitação do discurso ou *speech act* pela audiência, ou seja, a segurança e seu significado são construídos entre os sujeitos.

Lembramos, contudo, que a relação entre os sujeitos não é assimétrica e a possibilidade de uma securitização bem sucedida pode variar fortemente de acordo com a posição do ator. Em determinados campos, alguns atores ocupam posições de poder - por terem sido geralmente aceitos como vozes de autoridade - e isso lhes confere maiores condições para a definição de segurança. Por outro lado, esse poder não é absoluto, pois não há garantias de que seus discursos serão acatados ou que eles não serão excluídos por interpretações alternativas de segurança. Nesse sentido, tão importante quanto saber quem securitiza, o que está sendo securitizado, qual o objeto referente, porque está sendo securitizado e com que resultados, é saber em que condições esse discurso se desenvolve. Como observam os autores,

Facilitating conditions are the conditions under which the speech act works, in contrast to cases in which the act misfires or is abused.(...) Conditions for a successful speech act fall into two categories: (1) the internal, linguistic-grammatical- to follow the rules of the act (...)and (2) the external, contextual and social – to hold a position from which the act can be made.(...) A successful speech act is a combination of language and society, of both intrinsic features of speech and the group that authorizes and recognizes that speech. (...) The external aspect of a speech act has two mains conditions. One is the social capital of the enunciator (...) (t)he other external condition has to do with threat. It is more likely that one can conjure a security threat if certain objects can be referred to that are generally held to be threatening – be they tanks, hostile sentiments, or polluted waters. In themselves, these objects never make for necessary securitization, but they are definitely facilitating conditions. (ibidem, p.33)

Essa concepção sobre segurança e securitização apresentada por Buzan, Waever e Wilde é o ponto de partida de nosso interesse investigativo ao logo da presente tese. O espaço conferido a essa abordagem do significado de segurança nos interessa na medida em que valoriza uma dimensão intersubjetiva e

socialmente construída da segurança a qual acatamos e valorizamos e também por outras três razões: por abrir espaço para outros atores securitizadores que não o Estado, por considerar que a prática de securitização pode se processar em temas diversos, inclusive em temas como as emoções, e por enfatizar a responsabilidade dos atores e analistas ao desenvolverem discursos securitizadores. Essa abordagem construtivista de segurança permite um exercício analítico sobre segurança que consideramos bastante significativo na medida em que questiona de que modo a securitização de determinados temas se processa.

Por outro lado, nosso interesse na proposta da teoria de Securitização da Escola de Copenhague não se faz de modo acrítico. Como discutiremos no capítulo 5, a teoria apresenta inovações e limitações sobretudo para o entendimento mais abrangente de nosso objeto de estudo e, por isso, buscaremos outros suportes para bem cumprirmos nosso objetivo. Dois são os motivos principais dessa busca.

Em primeiro lugar, os autores que se propuseram a desenvolver a teoria de securitização buscam uma metodologia coletivista e um foco nas coletividades, em detrimento do foco individualista que toma o indivíduo como referente da segurança, ou seja, preocupam-se com a segurança humana. A esse respeito Buzan, Waever e Wilde observam que os que selecionam a segurança humana como foco de análise acatam um fardo ainda maior do que o deles, pois tomam as construções de segurança existentes como arbitrárias e procuram apontar outros temas como sendo mais importantes a serem tratados como problemas de segurança.

Creemos, no entanto, que esse fardo não mais pode ser evitado pelos que adotam a perspectiva analítica da securitização, pois a publicização e a securitização internacionais contemporâneas de alguns temas que antes eram tratados estritamente no âmbito doméstico dos Estados trazem para os autores interessados na teoria da securitização a necessidade de repensarem sua metodologia coletivista de modo a abrirem espaço para o indivíduo em suas análises. Nos referimos aqui não só ao desenvolvimento de políticas e discursos de segurança que têm valorizado o indivíduo como principal referente e que têm adquirido notas de ‘políticas de pânico’ como também à inserção das emoções nos discursos de segurança a partir de questões como o trauma. Como observamos no parágrafo inicial do presente capítulo, conflitos étnicos marcados por práticas

genocidas têm promovido forte instabilidade no sistema internacional contemporâneo e sua complexidade tem motivado profundas reflexões e transformações em segurança internacional. Entre as características que compõem a realidade do pós-conflito nas regiões afetadas está a possibilidade de seus sobreviventes vivenciarem sentimentos decorrentes de traumas provocados pela violência experimentada durante os conflitos. A intensidade das violências praticadas, seu impacto na própria identidade dos indivíduos e a quantidade de pessoas afetadas nesses conflitos foram um dos fatores que levaram diversos atores internacionais a se preocuparem com a idéia de segurança humana e sua vulnerabilidade em meados da década de 90, buscando desenvolver programas que de alguma forma contribuíssem para recobrar o bem estar não só físico como psicológico dessas populações. Assim, a atuação de atores como a ONU e a OMS nesse contexto têm contribuído para que o tema do trauma - geralmente tratado como uma questão pertinente ao âmbito privado das relações entre os indivíduos dentro de suas sociedades - passe a ser interpretado por muitos como uma ameaça à segurança dos indivíduos e à segurança internacional, e tem levado alguns analistas a repensar o papel das emoções em segurança e política internacional. Importantes avanços nos debates sobre as emoções ocorreram em outras disciplinas como a sociologia, a psicologia e a antropologia nas últimas duas décadas e tem sido o objetivo de alguns poucos autores em segurança e política internacional a busca de diálogo com essas outras disciplinas para o melhor entendimento das emoções em seus próprios campos de estudo.

Dentre esses autores estão os que integram a chamada “Escola de Paris” para os quais essa investigação de processos de securitização se faz possível dentro de um enquadramento construtivista que não se exime de tratar os indivíduos como nível de análise e se dispõe a buscar uma maior interdisciplinariedade com a sociologia, a antropologia e a psicologia, por exemplo, para uma compreensão mais abrangente de processos de (in)securitização. Ainda, os autores - ao trabalharem dentro de uma perspectiva da sociologia política internacional - procuram analisar mais do que o *speech act*, se dispondo também a observar as práticas que reforçam a produção da (in)segurança. Como aponta Didier Bigo,

(...) security and insecurity are the results of a process of securitization, or more exactly of (in)securitization. (...) (T)his terminology is to show that the result of the process cannot be assessed (only) from the will of an actor, even a dominant one. The actors never know the final results of the move they are making, as the result depends on the field effect on many actors engaged in the competitions for defining whose security is important, and of the acceptance of different audiences of their definition. (2008, p.124)

Essas considerações sobre as práticas de segurança e a proposta de análise mais crítica do papel da audiência no processo de securitização são, assim, o segundo motivo para que as reflexões dos autores da Escola de Paris sejam por nós buscadas.

Contudo, para melhor desenvolvimento de nossos argumentos, retomaremos a análise sobre securitização no capítulo 5, momento em que também exporemos mais adequadamente as proposições da Escola de Paris. Antes disso, cremos ser necessário observar em que termos tem se desenvolvido o tema da segurança humana e a agenda da saúde nos estudos e na prática política internacional, bem como observar como a saúde tem sido tratado nesses dois contextos. Nosso propósito será argumentar que embora o conceito de segurança humana seja alvo de muitas críticas dentro do próprio debate dos estudos críticos de segurança, a idéia de segurança humana tem se reforçado sobremaneira na prática política internacional contemporânea e nas preocupações de normatização não só da ONU e da OMS como de outros atores internacionais. Esse reforço tem permitido a consideração das necessidades dos indivíduos de forma mais ampla- incluindo preocupações com a saúde dos indivíduos- e dado lugar a discursos que buscam securitizar questões relativas à saúde mental dos indivíduos e às emoções, sem que esse movimento de securitização esteja, no entanto, sendo questionado mais atentamente.